Imprensa, política e sociedade na cidade do Rio Grande

FRANCISCO DAS NEVES ALVES

128

COLEÇÃO RIO-GRANDENSE

UNIVERSIDADE ABERTA www.uab.pt

Cátedra CIPSH de Estudos Globais 2020-2025

BIBLIOTECA RIO-GRANDENSE

Imprensa, política e sociedade na cidade do Rio Grande

COLEÇÃO
RIO-GRANDENSE

- 128 -

CONSELHO EDITORIAL/CIENTÍFICO

Alvaro Santos Simões Junior
- Universidade Estadual Paulista – Assis -
António Ventura
- Universidade de Lisboa -
Beatriz Weigert
- Universidade de Évora -
Carlos Alexandre Baumgarten
- Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul -
Ernesto Rodrigues
- CLEPUL – Universidade de Lisboa -
Francisco Gonzalo Fernandez Suarez
- Universidade de Santiago de Compostela -
Francisco Topa
- Universidade do Porto -
Isabel Lousada
- Universidade Nova de Lisboa -
João Relvão Caetano
- Cátedra CIPSH de Estudos Globais (CEG) -
José Eduardo Franco
- CEG e CLEPUL – Universidade de Lisboa -
Maria Aparecida Ribeiro
- Universidade de Coimbra -
Maria Eunice Moreira
- Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul –
Maria Cristina Firmino Santos
- Universidade de Évora -
Vania Pinheiro Chaves
- CEG e CLEPUL – Universidade de Lisboa -

Francisco das Neves Alves

Imprensa, política e sociedade na cidade do Rio Grande

Biblioteca Rio-Grandense

Lisboa / Rio Grande
2026

DIRETORIA DA CÁTEDRA DE ESTUDOS GLOBAIS DA UNIVERSIDADE ABERTA/CIPSH/UNESCO

DIREÇÃO:
José Eduardo Franco (Coord)
Carla Oliveira
Cécile Méadel
Fabrice d'Almeida
João Luís Cardoso
José Ignacio Ruiz Rodríguez
Valérie Dévillard
Pierre-Antoine Fabre

COMISSÃO PEDAGÓGICA:
João Relvão Caetano (Coord.)
Darlinda Moreira
Jeffrey Scoot Childs
Rosa Sequeira
Sandra Caeiro

ASSESSORIA EXECUTIVA:
Cristiana Lucas (Coord.)
José Bernardino
Milene Alves
Paula Carreira
Susana Alves-Jesus

DIRETORIA DA BIBLIOTECA RIO-GRANDENSE

Presidente: Francisco das Neves Alves
Vice-Presidente: Pedro Alberto Távora Brasil
Diretor de Acervo: Ronaldo Oliveira Gerundo
1º Secretário: Luiz Henrique Torres
2º Secretário: Marcelo França de Oliveira
1º Tesoureiro: Valdir Barroco
2º Tesoureiro: Mauro Nicola Póvoas

Ficha Técnica
- Título: Imprensa, política e sociedade na cidade do Rio Grande
- Autor: Francisco das Neves Alves
- Coleção Rio-Grandense, 128
- Composição & Paginação: Marcelo França de Oliveira
- Cátedra de Estudos Globais da Universidade Aberta/CIPSH/UNESCO
- Biblioteca Rio-Grandense
- Lisboa / Rio Grande, Maio de 2026

ISBN – 978-65-5306-087-6

CAPA: BISTURI. Rio Grande, 29 jul. 1888.

O autor:

Francisco das Neves Alves é Professor Titular da Universidade Federal do Rio Grande, Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e realizou Pós-Doutorados junto ao ICES/Portugal (2009); à Universidade de Lisboa (2013), à Universidade Nova de Lisboa (2015), à UNISINOS (2016), à Universidade do Porto (2017), à PUCRS (2018), à Cátedra Infante Dom Henrique/Portugal (2019), à UNESP (2020) e à Sociedade Portuguesa de Estudos do Século XVIII (2021). Entre autoria, coautoria e organização de obras, publicou mais de trezentos livros.

SUMÁRIO

As inversões político-partidárias da época imperial e a imprensa (1868-1889) / 11

Pobreza e custo de vida: o olhar caricatural do *Bisturi* / 57

As inversões político-partidárias da época imperial e a imprensa (1868-1889)

Os ditames estabelecidos na Constituição Brasileira de 1824 davam amplos poderes à figura do Imperador Dentre atribuições imperiais estava a de estabelecer a mudança do partido governista, destituindo o gabinete e dissolvendo a Câmara de Deputados, convocando novas eleições. Passada a crise político-institucional do I Império e mormente do Período Regencial, certa estabilidade se plasmaria a partir da consolidação de Pedro II no poder. À estabilização política e econômica somavam-se os vários confrontos bélicos em que o país envolveu-se, de modo que da presença dos inimigos externos, adviriam tendências conciliatórias à vida partidária brasileira. Essa propensão mais harmonizadora duraria até a crise que redundaria do prolongamento da Guerra do Paraguai e, a partir de então, os partidos imperiais passariam a ferrenhas disputas pelo poder.

Desde então, por quatro vezes o Imperador promoveria inversões partidárias, as quais traziam pesadas consequências para a vida política brasileira as quais perpassavam os contextos nacional, regional e local, deitando profundas raízes que levariam ao próprio enfraquecimento da forma monárquica de governo. As

derrubadas, quer seja, a mudança nos quadros político-administrativos do país, das províncias e das cidades e vilas, que se originavam de cada uma daquelas inversões eram as que traziam resultados mais diretos no cotidiano da sociedade, mas estavam em jogo, ao lado dessas, as transformações de natureza estrutural, mormente no que tange às chamadas reformas nacionais, tendo em vista o norte programático de cada um dos partidos. As inversões encontrariam forte eco junto aos jornais que, de acordo com a sua respectiva filiação ou simpatia às greis partidárias, interpretava esses fenômenos históricos com uma estratégia discursiva de crítica ou enaltecimento. Este trabalho intenta estabelecer o estudo das construções discursivas promovidas a partir de tais fenômenos[1] junto a dois representes do jornalismo rio-grandense-do-sul.

[1] A análise levará em conta os critérios estabelecidos em: ALVES, Francisco das Neves. Imprensa, história e política: uma proposta metodológica ao debate sobre o tema no contexto brasileiro do século XIX. *Revista Comunicação & política*. v. 6. n. 1. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos, 1999. p. 245-257.; e ALVES, Francisco das Neves. Imprensa e política: algumas reflexões acerca da pesquisa histórica. *História em Revista* – Revista do Núcleo de Documentação Histórica do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas. v. 7. Pelotas: Ed. da UFPEL, 2001. p. 93-115.

O Brasil das inversões partidárias: brevíssimo contexto histórico

A partir do final dos anos sessenta, as disputas entre os partidos Liberal e Conservador se acirrariam de modo crescente. Basicamente, a identidade partidária e o ponto de conflito entre eles se davam em torno das formas de empreender as reformas políticas e econômico-sociais; em geral, os liberais eram defensores de uma política reformista mais incisiva, ao passo que os conservadores pretendiam um processo mais gradual. Muitas vezes, porém, foram os conservadores que promoveram as reformas, no intento de "esvaziar o programa liberal", resultando daí "uma fragilidade básica no sistema político imperial", pois, "os liberais não conseguiam implementar as medidas que sua ala reformista propunha", enquanto que "os conservadores as implementavam mas à custa da unidade partidária"[2]. As inversões partidárias entabuladas desde então levaram a cisões ainda mais profundas entre as duas agremiações, na alternância de posturas oposicionistas/situacionistas de acordo com o *status quo* político de cada momento. As alterações do partido à testa do governo traziam certa instabilidade, já que estas substituições implicavam em "verdadeira reviravolta administrativa, pois se verificavam as famosas *derrubadas*", pelas quais ocorriam drásticas mudanças na ocupação do aparelho do Estado, desde o primeiro escalão do governo até os mais simples funcionários

[2] CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial*. Brasília: Ed. da UnB, 1981. p. 174-175.

públicos. Desta maneira, "da capital às províncias e aos municípios era uma comoção geral, pelas novas administrações surgidas", de modo que a "mudança de situações provocava insegurança e temor geral"[3].

A inversão partidária de 1868 representou verdadeiro divisor de águas no sistema de alternância partidária do II Reinado, constituindo um dos fatores a desencadear o processo de ruptura que levaria à derrocada da forma monárquica. Tendo em vista o extremo desgaste humano, material e moral promovido a partir da prorrogação da Guerra do Paraguai e a crise financeira advinda desse conflito, o soberano optou por uma mudança de situação, afastando os liberais e trazendo o Partido Conservador de volta ao poder, com a substituição do Gabinete Zacarias pelo Itaboraí. Mudavam-se, então, as circunstâncias, já que "nos meados do século, a ordem imperial atingira o clímax, com a centralização, o monarquismo sem contestações, a sociedade dominada pelo Estado", com os partidos entrando "em recesso, calados e reverentes", parecendo que "os ódios antigos" estavam "mortos, as revoluções sepultadas, extintos os protestos" e, enfim, "o progresso nos moldes europeus empolgava a corte florescente e renovada" No entanto, no seio de tal "remanso imperial", se formavam "ondas novas que turbavam a pacífica superfície", pois "o fermento da rebeldia não fora aniquilado; cavara, apenas, um leito subterrâneo,

[3] IGLÉSIAS, Francisco. *Trajetória política do Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1993. p. 167.

onde continuou a fluir, sufocado", vindo à tona, porém, com toda a força, por ocasião da inversão de 1868[4].

Desse modo, "a queda do Gabinete Zacarias não foi um fato banal na história política" brasileira, pois "profundas seriam as consequências de sua retirada no desenvolvimento do país". Porém, não foi o simples fato "da queda do gabinete que marcou os tempos posteriores", e sim o que estava por trás desse acontecimento, "com os difíceis problemas platinos, a política continental e o papel do Brasil; o prestígio cada vez maior do militar, agora interferindo em tudo, com suas reivindicações" e com o peso de sua autoridade armada; "a necessidade de extinção do trabalho escravo, uma vez que esse estatuto diminuía o prestígio nacional entre os demais países" e "culminando na pregação republicana". A partir de então, extremaram-se "de novo os partidos, agora bem estruturados e com objetivos mais nítidos", de modo que os mais exaltados passariam a "formar na corrente adversa à Monarquia"[5]. Produzia-

---

[4] FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato brasileiro*. 2. ed. Porto Alegre: Globo; São Paulo: EDUSP, 1975. v. 1. p. 443. Segundo o autor, "desse ano de 1868 se projetará a ruína do Império, (...) não pelo golpe de Estado que arrebatou o posto a um gabinete com maioria na Câmara dos Deputados – fato com muitos precedentes – mas pela ruptura do quebra-mar construído pela mais fina arte monárquica, sem que a Coroa, insensível à violência da tempestade, nada ceda para conjurar o desastre" (p. 444-445).

[5] IGLÉSIAS, Francisco. Vida política, 1848-1868. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.). *História geral da civilização brasileira*. 3. ed. São Paulo: DIFEL, 1976. v. 5. p. 111. De acordo com o historiador: "É profunda recomposição de forças e programas o que se opera em 1868. Depois dessa data,

se, assim, "uma clivagem na história política da Monarquia Brasileira", demarcando-se "o ponto de partida mais visível da deterioração do regime"[6].

Esta inversão partidária traria profundas mudanças no conteúdo programático do Partido Liberal. O setor mais moderado da agremiação partiu para a proposta de reformas mais amplas, como a descentralização administrativa para as províncias; maior liberdade para o comércio e a indústria, com a derrogação de privilégios e monopólios; garantias efetivas de liberdade de consciência; liberdade de ensino; independência do Poder Judiciário; a presença do Conselho de Estado como um auxiliar da administração e não como órgão de atuação política; a supressão da vitaliciedade do Senado; a redução das forças militares em tempo de paz; a reforma eleitoral; a reforma policial e judiciária; a abolição do recrutamento; a abolição da Guarda Nacional; e a emancipação dos

---

começa a crescer a onda que vai derrubar a instituição monárquica. Ela viveria ainda alguns anos, às vezes até com o antigo brilho. Os homens mais lúcidos, no entanto, sabiam que o Império estava condenado. Em 1868 começa o seu declínio, até chegar à queda em 1889. Ele já revelara o seu potencial, o que tinha de positivo e negativo. Agora ia viver quase que vegetativamente, pois eram sabidos os seus limites. A data de 1868 encerra o período de esplendor e abre o de crises que levarão à sua ruína (p. 112).

[6] HOLANDA, Sérgio Buarque de. Do Império à República. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.). *História geral da civilização brasileira*. 2. ed. São Paulo: DIFEL, 1977. v. 7. p. 7.

escravos[7]. O princípio de que o rei deveria reinar mas não governar foi levantado como uma bandeira ainda mais alta pelos liberais, recém-derrubados do governo, que passaram também a exigir a supressão do Poder Moderador[8].

Já os segmentos mais radicais do Partido Liberal optaram pelo rompimento com a forma de governo vigente, aderindo ao ideal republicano. Algumas das proposições dos republicanos brasileiros viriam a ser expressas no Manifesto de 1870, documento que, apesar de propor o final da Monarquia, constituía um libelo antirrevolucionário, transigente e deixando em aberto a possibilidade de novas adesões. Esse Manifesto Republicano fazia diversas críticas à forma monárquica, como em relação ao Poder Moderador, à necessidade de eleições livres, à falta de representatividade do país em uma Câmara de Deputados demissível à vontade do soberano e em um Senado vitalício, escolhido pelo Imperador, e à necessidade de ampliação das liberdades de consciência, econômica, de imprensa, de associação, de ensino e das liberdades individuais como um todo[9].

---

[7] CHACON, Vamireh. *História dos partidos brasileiros: discurso e práxis dos seus programas*. 2. ed. Brasília: Ed. da UnB, 1985. p. 225-228.

[8] Para Antônio Paim, a ideia de Poder Moderador havia "adquirido o máximo prestígio nos anos sessenta", porém, "o início da curva descendente" de tal preceito, "pode ser encontrado na queda do Gabinete Zacarias, em 1868". PAIM, Antônio. A discussão do Poder Moderador no Segundo Império. In: *Curso de introdução ao pensamento político brasileiro*. Brasília: Ed. da UnB, 1982. p. 17.

[9] PESSOA, Reynaldo Carneiro. *A ideia republicana no Brasil, através dos documentos*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1973. p. 41-47.

Outro elemento básico da proposta republicana foi o "regime da federação", através da "independência recíproca das províncias, elevando-as à categoria de estados próprios, unicamente ligados pelo vínculo da mesma nacionalidade e da solidariedade dos grandes interesses da representação e da defesa exterior"; levando em frente a divisa: "Centralização – Desmembramento; Descentralização – Unidade"[10]. Mesmo que, de início, os adeptos da mudança da forma de governo não tivessem chegado a constituir uma agremiação numericamente expressiva, esse "fator de constituir uma minoria não significava, entretanto, que os republicanos não exercessem um papel significativo", compensando esta debilidade numérica pela constante busca de uma melhor organização interna, além do fato de que existiam "muitos indivíduos que, embora não dessem sua adesão formal ao partido, poderiam ser considerados 'simpatizantes', encarando com bons olhos a forma republicana de governo"[11].

Após esta que foi a mais acirrada das inversões partidárias, se daria o chamado decênio conservador, entre 1868 e 1878. As dificuldades dos conservadores na implementação prática de mais uma das reformas nacionais, agora a eleitoral, levaria a uma nova inversão partidária, em 1878, com a subida do Partido Liberal ao poder. Para promover a reforma foi montado o Gabinete Sinimbu, líder cuja indicação não contou com o apoio integral de seu partido, tendo o Imperador optado por esse nome por desejar "mais um homem da sua

[10] PESSOA. p. 56.

[11] COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Grijalbo, 1977. p. 300.

confiança do que da confiança dos liberais". A exemplo de 1868, a Câmara, cuja maioria pertencia ao partido adversário, foi dissolvida, com novas eleições no intento de obter uma maioria de governistas[12]. Os "dissídios internos, que iam servir para deteriorar a homogeneidade aparente do gabinete liberal, começaram a manifestar-se logo". Em fevereiro de 1879, Silveira Martins e Vila Bela afastaram-se por desacerto no interior do ministério, sob o argumento de que o fim da inelegibilidade dos acatólicos não havia sido contemplado no projeto da reforma eleitoral. Estas disputas intrapartidárias só seriam solucionadas a partir de março de 1880 com a queda do Gabinete Sinimbu e a elevação do Saraiva, também liberal. Esse gabinete promoveu a implementação da nova lei eleitoral, a qual não estabelecia o sufrágio universal e "consagrava os direitos de elegibilidade aos acatólicos e naturalizados, mas exigia meticulosa prova de renda"[13].

Os liberais iriam permanecer mais de meia década no poder. O desgaste dos governistas se avolumaria a partir da já histórica discussão da questão servil, havendo debates e tramitações de projetos, mormente a partir do embate em torno da questão dos sexagenários, com ênfase a partir do ano de 1884. Os

[12] HOLANDA. p. 186, 191-192.

[13] HOLANDA. p. 192 e 242. Para o autor, Saraiva defendera a "prova de renda" e fora contra o voto universal por considerar que esse "importaria no predomínio das classes baixas e miseráveis sobre outras, que, dispondo de haveres e ilustrações, pareciam mais naturalmente interessadas na manutenção da ordem, na preservação da tranquilidade pública e no bom funcionamento das instituições".

liberais não conseguiriam levar a bom termo esse projeto e o Imperador promoveria nova inversão partidária com a nova ascensão dos conservadores, em 1885. A Lei dos Sexagenários, projetada pelos liberais e promulgada já sob o gabinete conservador, em 1885, era mais uma medida paliativa que visava postergar ainda por algum tempo a abolição total da escravidão. Mantinha-se, assim, o princípio da abolição gradual tendo em vista os grandes interesses que estavam em jogo envolvendo a mão-de-obra escrava, consistindo-se a nova legislação em uma "tentativa desesperada daqueles que se apegavam à escravidão para deter a marcha do processo". Porém, já "era tarde demais", pois cada vez mais crescia a pressão por uma solução definitiva para a questão escravocrata[14].

Com a derrubada dos liberais do governo, em 1885, mais uma vez era dissolvida a Câmara, sendo eleita uma ampla maioria de conservadores, e novamente o Partido Conservador encontrava-se na contingência de promover uma reforma de cunho liberal, relacionada com a questão dos escravos. Porém, o fim da escravidão não tinha o consenso de nenhuma das duas agremiações o que tornava ainda mais complexo o processo da abolição. A emancipação era, no entanto, um caminho sem volta e, após novas marchas e contramarchas parlamentares, crises ministeriais e sob representativa pressão da opinião pública interna e externa, a Lei Áurea, em maio de 1888, poria termo à escravidão no Brasil. As dissensões entre os conservadores cresceriam e o governo passaria a

[14] COSTA, Emilia Viotti da. *A abolição*. 4. ed. São Paulo: Global, 1988. p. 70.

enfrentar pesadas críticas tendo em vista a exigência de parte dos proprietários de indenizações diante da extinção definitiva da escravidão.

Esse clima de divergências não permitiria longevidade ao gabinete conservador. Envolvido em escândalo financeiro e com sérias dificuldades a serem resolvidas acerca da indenização aos ex-proprietários de escravos, o ministério conservador caiu em junho de 1889, cabendo aos liberais montarem o derradeiro dos gabinetes imperiais. O indicado para chefiar o novo ministério foi o Visconde de Ouro Preto, cuja difícil missão era resolver a profunda crise que ameaçava as instituições monárquicas. No intuito de "apaziguar a agitação nas forças militares", foram chamados "militares para as pastas militares" e tendo em vista "conter a propaganda republicana" o novo gabinete buscou preparar "um programa audacioso, que inutilizasse a república"; porém, "não tão audacioso que satisfizesse as alas mais avançadas do seu próprio partido" que pretendiam "a federação das províncias". Ouro Preto "não queria chegar a tanto", pretendia, isto sim, "uma espécie de meia federação", onde "os presidentes e vice-presidentes continuariam a ser nomeados como antes, apenas sua escolha agora seria feita a partir de listas organizadas pelo voto dos cidadãos arrolados", além do que continuaria sendo "permitida a intervenção do poder central nas províncias, sempre que parecesse perigar a salvaguarda dos interesses nacionais"[15].

Essa inversão partidária de 1889 constituiu a última da Monarquia Brasileira. Os desacertos e cisões

[15] HOLANDA. p. 354-355.

no seio dos partidos imperiais, o recrudescer da ação dos republicanos e a manifesta e crescente insatisfação dos militares levaram a um clima de profunda tensão que, associado à crise política, redundaria na queda da Monarquia, cujos alicerces vinham sofrendo profundas fissuras, ao longo das três últimas décadas, preparando-se o caminho para a mudança institucional de 15 de Novembro de 1889. As próprias inversões partidárias consistiram em fenômenos que levaram ao enfraquecimento da forma monárquica de governo, tendo em vista que, a cada uma delas, aprofundavam-se as divisões no seio da vida partidária nacional. Os jornais, normalmente defendendo um dos lados em disputa, foram os grandes arautos que buscaram convencer a opinião pública da justiça ou injustiça, dependendo do prisma partidário, de cada uma das quatro inversões de 1868, 1878, 1885 e 1889.

A imprensa diária rio-grandina e as inversões partidárias: dois estudos de caso

As repercussões junto à imprensa a cada uma das inversões partidárias foram notórias. Na maioria das vezes, os jornais eram representantes diretos/indiretos das agremiações que se digladiavam pelo poder no Império Brasileiro, de modo que, cada um deles buscou estabelecer estratégias discursivas que justificassem ou criticassem a atitude imperial de desintegração de um ministério com a ascensão de outro de cor partidária diferente. Esse fenômeno também se verificaria na cidade do Rio Grande, o mais importante porto sul-rio-

grandense e uma das mais progressistas comunas gaúchas do século XIX, possuindo uma imprensa bastante desenvolvida para os padrões brasileiros de então. Dois dos mais longevos periódicos rio-grandinos – *Diário do Rio Grande* e *Eco do Sul*, com maior ou menor vinculação partidária, acabariam por trazer à baila suas respectivas versões para cada uma das inversões político-partidárias executadas desde o final dos anos sessenta até a montagem do último gabinete imperial.

O *Diário do Rio Grande*

Fundado em 1848, o *Diário do Rio Grande* foi um dos mais significativos jornais da cidade portuária rio-grandense, circulando até 1910. Nas primeiras décadas de sua existência demonstrou simpatias pelo Partido Conservador, aproximando-se da grei liberal a partir do final dos anos setenta, tendo em vista uma mudança de orientação de seu proprietário. Ainda que com certos vínculos aos partidos imperiais, o *Diário* intentou criar uma identidade de levar em frente o primado da notícia, buscando declarar-se como isento, imparcial e neutro diante das disputas políticas. Esta estratégia fazia parte do objetivo de muitos dos jornais diários de então de manter um equilíbrio entre seus interesses comerciais e os partidários, de modo que suas manifestações políticas concentravam-se em períodos específicos e suavizavam-se em outros, não deixando, na maioria das vezes, de manifestar-se por ocasião das inversões partidárias.

Nesse sentido, em 1867, o *Diário* anunciava que não constituía "órgão de um partido político na

Província", não tendo "contas políticas que ajustar, nem cálculos a realizar com miras de um futuro mais próspero ao domínio exclusivo desta ou daquela parcialidade"[16]. Apesar desta anunciada posição, a inversão política de 1868 e a retomada do poder pelos conservadores, levaria o *Diário do Rio Grande* a uma incursão nas discussões de cunho político-partidário, com uma maior intensidade no final daquele ano e durante o seguinte. Nesse quadro, o jornal conclamava a população a confiar na Monarquia, no Governo e no Conselho de Estado, "composto das mais robustas inteligências do país" e "dos homens mais eminentes", que saberiam "salvar a pátria, em crises momentosas porque tivesse de passar"[17]. Segundo o jornal, "jamais para o Brasil e para os amigos de suas instituições, se desenhara situação tão fagueira, como a da elevação ao poder do Partido Conservador". Assim, teriam sido chamados para guiar o país "os homens da política que encontravam na Constituição e na lei, recursos para vingar e defender a dignidade nacional, para consolidar a ordem pública e promover a sua prosperidade, sem precisar de ditaduras"[18].

A oposição liberal era encarada pelo diário rio-grandino como defensora de "falsas teorias de liberdade" que, "para impugnar a doutrina constitucional", tentava "iludir o povo"[19]; estando "dominada pelo espírito de uma contradição perpétua", de modo que "seu padrão político" consistia em "negar

[16] *Diário do Rio Grande*. Rio Grande, 14 abr. 1867.
[17] *Diário do Rio Grande*. Rio Grande, 19/jul. 1868.
[18] *Diário do Rio Grande*. Rio Grande, 9-10 nov. 1868.
[19] *Diário do Rio Grande*. Rio Grande, 12 nov. 1868.

as afirmativas dos conservadores", sendo "oposicionistas por sistema", obedecendo "cegamente a uma ação fatal" e vivendo "ao capricho de conveniências passageiras", as quais poderiam "satisfazer ressentimentos pessoais, mas que nunca contentariam as exigências do espírito público". Estabelecendo o argumento da ameaça revolucionária representada pelos liberais, o jornal afirmava que "em abstrato, a oposição se proclamava liberal, porém na prática apenas se poderia chamar revolucionária"[20].

Para a folha rio-grandina, eram díspares os procedimentos dos liberais no governo e na oposição, afirmando que, "se o sentido da palavra liberal fosse na prática o que era na teoria, os liberais seriam os defensores de todos os direitos do homem e portanto da ordem, máximo direito da sociedade". Argumentava, entretanto, que "a experiência vinha demonstrando o contrário", pois "os liberais eram opressores e anarquistas", além de sacrificarem "o dever à conveniência e o direito ao interesse", pois, "quando governavam, o poder não tinha limites e, quando estavam na oposição, o poder não tinha direitos". Ainda sobre os adversários, explicava a folha que, "quando estavam de posse do poder todos os excessos se explicariam pela necessidade de consolidar a liberdade", mas, "quando caiam do poder todos os excessos seriam permitidos e até louváveis para salvar a liberdade". E concluía que, "com esse falso nome de liberais", eles "santificavam todas as baixezas e glorificavam todos os

[20] *Diário do Rio Grande*. Rio Grande, 24 out. 1868.

crimes", de modo que "a história confirmava estas desgraçadas verdades"[21].

Procurando desacreditar os pronunciamentos dos liberais, o *Diário* apontava que os mesmos não tinham um ideário bem definido, uma vez que agiam com base na "injúria ou na intriga" e, "em vez de combater por ideias, esgotavam a sua atividade em impotentes desabafos de uma desgraçada raiva"[22]; e, "de longa data", utilizavam-se "do insulto por argumento", "injuriando por sistema, declamando por estilo e gritando por hábito"[23]. De acordo com o jornal, "nunca, em verdade, partido político digno do seu nome resvalou a nível tão baixo, como a parcialidade denominada liberal"[24] e respondendo à imprensa desta agremiação, afirmava que "os difamadores por profissão não cansavam, tudo injuriavam, tudo enxovalhavam", chamando os jornalistas liberais de "réprobos para quem as admoestações decentes nada valiam"[25].

Durante boa parte do decênio conservador, o *Diário do Rio Grande* buscou manter sua propalada postura imparcial, mobilizando-se por vezes, mormente à época de eleições, em prol do partido governista. Ao final dos anos setenta, o proprietário do jornal mudaria de filiação partidária o que traria consequências imediatas para a folha que passou a manifestar suas simpatias pelo Partido Liberal. A estratégia discursiva adotada pela folha diária diante do novo vínculo

[21] *Diário do Rio Grande*. Rio Grande, 6 nov. 1868.
[22] *Diário do Rio Grande*. Rio Grande, 20 nov. 1868.
[23] *Diário do Rio Grande*. Rio Grande, 21 nov. 1868.
[24] *Diário do Rio Grande*. Rio Grande, 11 abr. 1869.
[25] *Diário do Rio Grande*. Rio Grande, 3-4 maio 1869.

partidário, foi a de encarar a mudança como algo natural, evitando chamar atenção para o fato, sem pronunciar-se sobre o mesmo, não entabulando justificativas e nem sequer respondendo às provocações dos demais representantes da imprensa.

De acordo com a nova ligação, o diário rio-grandino aplaudiu a inversão política de 1878, com a ascensão dos liberais, desejando que "Deus iluminasse" o recém-nomeado ministério, "guiando a governação pública, em crise tão melindrosa" em que o Partido Conservador deixara o país, "correspondendo, assim, ao apelo que o Monarca fizera ao Partido Liberal, julgando-o capaz de conjurar tão negregada situação"[26]. Desta forma, o jornal explicava que uma das principais funções do novo gabinete era a de corrigir os erros do passado, missão apontada como "espinhosa e difícil", apenas obtida com "energia, dedicação, estudo e coragem", uma vez que "o país estava em completo desmantelo"[27]. A folha apontava a mudança na situação política do país como "oportuna, sensata, patriótica, honesta e reparadora", como "um acerto feliz e providencial" e ainda como uma "evolução hábil, conveniente, salutar, moralizadora e de grandes benefícios sociais"[28].

Para o jornal, um dos primeiros passos do Partido Liberal no poder deveria ser a reversão partidária da Câmara, de maioria conservadora, que poderia prejudicar as reformas pretendidas pelos liberais. Argumentava que se o governo apresentasse seu projeto reformista, "liberal, adiantado e

[26] *Diário do Rio Grande*. Rio Grande, 7-8 jan. 1878.
[27] *Diário do Rio Grande*. Rio Grande, 8 fev. 1878.
[28] *Diário do Rio Grande*. Rio Grande, 20 jan. 1878.

democrático", teria de enfrentar uma Câmara que "não era liberal, nem adiantada, nem democrática, porém, conservadora", a qual buscaria transformar aquele projeto "no sentido das suas ideias", podendo "mutilar o pensamento da reforma", enchendo-o "de deformidades que o tornassem irrealizável, inconveniente no contraditório com o espírito e com a responsabilidade de um governo liberal"[29].

Assim, o periódico rio-grandino destacava que só um ministério organizado através de "cidadãos sem compromisso algum no passado e vindos das fileiras mais adiantadas da democracia" poderia "arcar com toda dificuldade, romper com tradições tão perigosas e impedir o descalabro completo", para o qual estaria marchando o país, "se continuasse a ser governado por mais três ou quatro anos, tão criminosamente como fora naqueles últimos anos"[30]. Ao lado da mudança de posição do *Diário do Rio Grande*, desenvolveu-se uma reversão na construção do conflito discursivo, onde os antigos inimigos, os liberais, passaram a receber o tratamento de aliados, ao passo que os conservadores passavam a ser tratados como os adversários de antes.

Nesse sentido, o jornal considerava que os novos detentores do poder salvariam o país dos males provocados durante o período de domínio dos conservadores, exclamando que, naquele momento, o país tinha "um governo liberal que sinceramente amava o trabalho", ou seja, "um governo que com as veras da alma estremecia pela salvação da Pátria e reconhecia a necessidade de modelar seus atos nas bases mais largas

[29] *Diário do Rio Grande*. Rio Grande, 3-5 fev. 1878.
[30] *Diário do Rio Grande*. Rio Grande, 8/fev. 1878.

da opinião popular, da harmonia com as instituições", vindo a cortar "os abusos e escândalos" e a atacar "o favoritismo pessoal que roubava a seiva da nação". Declarava ainda que "o Partido Conservador não tinha patriotismo nem critério", era "inimigo da pátria", "esbanjador dos cofres públicos" e que, "sem escrúpulo nem patriotismo, reduzira o povo à miséria". Louvando a nova situação, a folha afirmava que, após dez anos, surgia "uma mocidade adiantada que se identificava com o progresso das ideias da época e não consentia que corresse desaproveitada a grandeza do Império de Santa Cruz."[31].

Na mesma linha, o periódico apontava que "era muito crítica a posição em que os conservadores deixaram o país", uma vez que "não se julgavam com o compromisso de governar, mas sim no direito de esbanjar, embora a nação passasse por um choque vergonhoso ou desse um grito de angústia"[32]. A solução a esses problemas estaria em um ministério como o liberal, que marchava "por um caminho sensato e seguro"[33], só tendo "a cobiça de bem servir ao país" e "estudando com louvável solicitude as reformas precisas e recomendadas pela experiência para colocar a administração pública na órbita da legalidade"[34]. Para a folha rio-grandina, o Partido Conservador estava dividido e enfraquecido, sem condições de enfrentar as

[31] *Diário do Rio Grande*. Rio Grande, 9 mar. 1878.
[32] *Diário do Rio Grande*. Rio Grande, 6 abr. 1878.
[33] *Diário do Rio Grande*. Rio Grande, 24 mar. 1878.
[34] *Diário do Rio Grande*. Rio Grande, 17-18 jun. 1878.

urnas[35] e previa que nas futuras eleições "a vitória do Partido Liberal seria esplêndida em todo o Império"[36].

A presença dos liberais no poder somada à principal estratégia discursiva do *Diário* levaram a uma constante suavização de seu discurso político-partidário. Além disso, novas mudanças na propriedade da folha levariam a um afastamento daquele tipo de debate. Isso se tornou ainda mais enfático a partir de 1885, quando o jornal passou a declarar-se como "órgão dos interesses gerais", anunciando que não seria uma publicação partidária, e sim, acompanharia "as evoluções da época, fazendo coro com as aspirações do seu tempo e concorrendo com o seu fraco concurso para que estas fossem convertidas em realidade", quando "da sua realização resultassem para o país vantagens de qualquer ordem, quer na elevação dos costumes públicos, quer no melhoramento das condições sociais, políticas e econômicas[37].

De acordo com esta concepção, o *Diário* restringiu-se apenas a noticiar a inversão partidária de 1885, com a subida dos conservadores ao poder, limitando-se a afirmar que estava "portanto mudada a situação política do país"[38]. A folha argumentava que, como "jornal sem filiações partidárias", não sentia "politicamente a queda do Partido Liberal" e nem se regozijava "com a ascensão do Partido Conservador", pois considerava que era "indiferente que governassem gregos ou troianos, contanto que governassem bem",

---

[35] *Diário do Rio Grande*. Rio Grande, 19 jul. 1878.
[36] *Diário do Rio Grande*. Rio Grande, 4 ago. 1878.
[37] *Diário do Rio Grande*. Rio Grande, 1º ago. 1885.
[38] *Diário do Rio Grande*. Rio Grande, 20 ago. 1885.

uma vez que o país necessitava era "de governos que se compenetrassem da sua missão" e se inspirassem "nos interesses públicos", sendo também preciso, "romper com os preconceitos partidários", se quisesse "acompanhar as evoluções da época, atendendo às aspirações do país"[39].

Ainda por alguns meses, o *Diário do Rio Grande* buscou demonstrar sua postura de imparcialidade. Tratava-se da utilização em larga escala de sua estratégia discursiva. Visando manter seus interesses comerciais de sustentação, a folha intentava não se expor, abrindo luta contra os governistas, ainda mais naquele momento em que a crise nacional se acirrava. A propalada neutralidade voltava a ser a palavra de ordem do *Diário* que impunha a si mesmo um silêncio discursivo no que tange aos debates partidários. A suavização discursiva não significava entretanto que o jornal perdera suas simpatias pela grei liberal, tratando-se, isto sim, de que, naquele momento, o valor mais alto que se levantava era manter em dia as contas do empreendimento.

Tanto a admiração partidária continuava incubada na folha que a ascensão dos liberais ao governo em 1889 foi recebida com alívio de parte do *Diário* que considerou o Brasil "finalmente livre" do ministério conservador, "que por forma tão desagradável para o país assinalou o seu período administrativo"[40]. Aplaudia também as decisões ministeriais em termos regionais, fato que revelaria "da parte do atual ministério, desejos de entregar a administração das províncias a homens de reputação feita, com um nome a zelar" e que, devido a

[39] *Diário do Rio Grande*. Rio Grande, 21 ago. 1885.
[40] *Diário do Rio Grande*. Rio Grande, 9 jun. 1889.

suas posições, tivessem "uma grande responsabilidade na gestão dos negócios públicos", pretendendo enfim, "promover as grandes reformas do programa liberal", começando "por mandar para as províncias os primeiros homens do partido, aqueles que tinham responsabilidade direta e o prestígio do seu nome e da sua capacidade"[41].

Diante do novo quadro político nacional e regional, o periódico criticou severamente os conservadores que se convertiam em republicanos, afirmando que os mesmos deveriam "declarar-se republicanos quando eram ainda representantes da nação e o seu partido punha e dispunha na governação do Estado". De acordo com o jornal, "o programa republicano não oferecia mais vantagens em benefício do país" do que anteriormente, de modo que a passagem "para os arraiais republicanos", ocorrera porque o Partido Conservador caíra do poder. Com isso, a folha diária, mesmo como "órgão imparcial", manifestava sua estranheza perante "a singular inversão que se observava na Província: os conservadores a avolumar as falanges republicanas para bater a Monarquia e os liberais a defendê-la"[42].

Na perspectiva do *Diário*, eram os conservadores os grandes responsáveis pela crise monárquica e que a conversão destes aos ideais republicanos constituía-se na "anarquia política levada ao seu auge". Considerava, dessa maneira, "que ninguém fizera ainda maior mal à Monarquia no Brasil do que o Partido Conservador", uma vez que, ao "fazer a abolição de chofre, sem a

[41] *Diário do Rio Grande*. Rio Grande, 19 jun. 1889.
[42] *Diário do Rio Grande*. Rio Grande, 11 jul. 1889.

menor consideração por interesses de maior transcendência", não observou os interesses das "classes que, mais direta e profundamente prejudicadas pela abolição imediata e sem indenização, revoltaram-se com o que elas consideravam um atentado e uma espoliação", as quais se divorciaram da Monarquia. Acusava, assim, o ministério conservador de, "exorbitando do seu programa", ter comprometido "a instituição monárquica, imprimindo com aquele seu ato grande impulso à propaganda republicana"[43].

Embora ainda buscasse sustentar a postura apartidária, a folha diária deu amplo apoio ao ministério liberal que estaria "se tornando credor da benemerência do país", devendo-lhe fazer justiça todos aqueles que "na imprensa não se inspiravam senão no bem público, fosse este promovido por liberais ou conservadores", já que, "nunca no Brasil se vira um governo fazer tanto em tão pouco tempo". Para o diário, lançando-se "uma vista retrospectiva pelos diversos ministérios que se têm sucedido na governação do Estado, tanto liberais como conservadores", não se encontrava "nenhum que, como o atual, se tivesse compenetrado tanto da sua verdadeira missão"; era apontado "como um ministério que trabalhava, que procurava dar a razão da sua existência, que procurava impor-se à consideração e aplausos da nação, criando meios de progresso e desenvolvendo os que já existiam"[44].

Ainda que se declarando apolítico e justificando-se por agir em nome do bem público, o jornal fazia campanha pelas candidaturas liberais contra

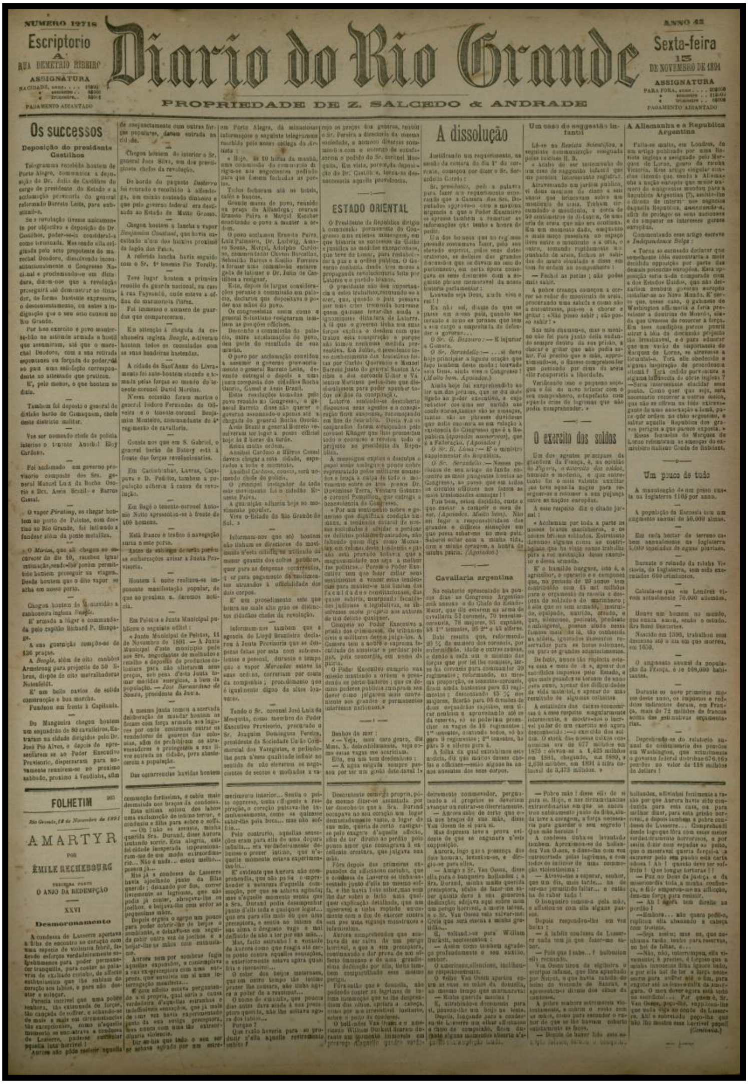
[43] *Diário do Rio Grande*. Rio Grande, 12 jul. 1889.
[44] *Diário do Rio Grande*. Rio Grande, 25 ago. 1889.

conservadores e republicanos. Afirmava que "fazendo abstração de ideia política" trataria as eleições "sob o ponto de vista das conveniências gerais da Província", explicando que havia "de um lado o governo, representado perante as urnas por um partido forte e numeroso", que promoveria "a máxima prosperidade desta parte do Império", e do outro, "dois partidos, um completamente desmantelado" e um "outro, novel ainda e, portanto, sem elementos para poder desde já aspirar a assumir a suprema governação do Estado", ou seja, "dois partidos que nada absolutamente poderiam fazer em benefício da Província"[45].

O *Diário do Rio Grande* redobrava seus esforços para explicar o seu modelo de "imprensa neutra", argumentando considerar a política como o que havia "de menos atraente", não lhe seduzindo, nem lhe preocupando. Nesta linha, declarava que, "se dela não estivessem dependentes altos interesses públicos" lhe seria "absolutamente indiferente que no próximo pleito eleitoral, ou em outro qualquer, fossem vencedores liberais, conservadores ou republicanos", por ser o *Diário* "um jornal livre, sem ligações partidárias", de modo que julgava seu dever dar "apoio ao governo, não por ser liberal, mas pelo bem que estaria fazendo" por aquela "grande coletividade social chamada Brasil". E, nesta perspectiva, a folha arrematava, destacando que a sua "neutralidade não ia ao ponto" de mostrar indiferença à "sorte de um governo" que estaria "promovendo, por meio de medidas adequadas e reclamadas pela opinião, o progresso e bem-estar da Pátria"[46].

[45] *Diário do Rio Grande*. Rio Grande, 27 ago. 1889.
[46] *Diário do Rio Grande*. Rio Grande, 29 ago. 1889.

A estratégia discursiva do *Diário do Rio Grande* de expor-se político-partidariamente somente em momentos específicos de modo a não prejudicar seus interesses financeiros e comerciais esteve a contento com as disputas partidárias do Segundo Reinado. Em suas duas fases, a conservadora e a liberal, o periódico acompanhou com interesse as inversões partidárias expondo-se mormente na de 1868 e naquelas em que os liberais ascenderam ao poder. Ao lado de suas propaladas independência e neutralidade, direta ou indiretamente, o *Diário* manifestaria suas simpatias partidárias. Esta estratégia de exposição/preservação, de acordo com as contingências, não duraria além da forma monárquica de governo, pois, a partir da República, o jornal não mais conseguiria se adaptar ao jogo partidário que se tornou mais complexo e, muito menos, à falta da liberdade de expressão, típica dos primeiros anos da nova forma de governo. Esses fatores associados às próprias transformações intrínsecas à imprensa levariam a folha rio-grandina a constantes crises que culminariam com o seu desaparecimento no início do século XX.


NUMERO 12718
Escriptorio
A
RUA DEMETRIO RIBEIRO
ASSIGNATURA
PAGAMENTO ADIANTADO
Diario do Rio Grande
PROPRIEDADE DE Z. SALCEDO & ANDRADE
ANNO 42
Sexta-feira
15
DE NOVEMBRO DE 1894
ASSIGNATURA
PAGAMENTO ADIANTADO
Os successos
Deposição do presidente Castilhos
ESTADO ORIENTAL
A dissolução
Cavallaria argentina
Um caso de suggestão infantil
O exercito dos soldos
A Allemanha e a Republica Argentina
Um pouco de tudo
FOLHETIM
AMARTYR
ÉMILE RICHEBOURG
O ANJO DA REDEMPÇÃO
XXVI
Desmoronamento

O *Eco do Sul*

Passando a circular na cidade do Rio Grande em 1858, o *Eco do Sul* foi um dos mais longevos jornais sul-rio-grandenses, sendo editado até 1934. Desde sua gênese, o *Eco* caracterizou-se por um forte engajamento partidário. Por mais que mantivesse certo controle discursivo, também tendo em vista a manutenção de seus interesses comerciais, a folha rio-grandina sustentou um norte editorial fortemente calcado no partidarismo. Nesse sentido, o *Eco do Sul*, à época do Império, foi um forte simpatizante do ideário conservador e chegou a assumir, inclusive estampando em seu frontispício, a marca de órgão do Partido Conservador. Desse modo, o periódico vivenciou cada uma das inversões partidárias, reproduzindo a visão dos conservadores, assumindo as feições de publicação governista ou oposicionista.

Desde os primeiros anos de existência do *Eco*, algumas das ideias fundamentais da grei conservadora já estavam lançadas em suas páginas, mormente as de conservar melhorando, a do progresso pautado em reformas bem refletidas e a da ojeriza às práticas revolucionárias atribuídas aos adversários liberais. Esse ideário marcaria a ligação do jornal com o pensamento dos conservadores, durante significativa parte da existência da folha. A partir da inversão partidária de 1868, o periódico passou a ostentar ainda mais abertamente sua filiação partidária e, ao noticiar a ascensão dos conservadores, afirmava que se derramava "no espírito público o contentamento", pois "a situação desgraçada do Império", herdada das administrações liberais, "fazia ao patriotismo ansiar por uma mudança

radical que acabasse com as cenas escandalizadoras do bom senso político"[47], transformação esta representada pela elevação do Partido Conservador ao poder.

Na opinião da folha, a ascensão do ministério conservador tinha por significado "a garantia segura da prosperidade e do engrandecimento" do país, o qual teria sido "arremessado" pelos liberais "à beira de um abismo". Nesse quadro, o Partido Conservador era apresentado como "o único capaz de salvar o Brasil" naquela "emergência em que se achava", tendo subido "ao poder cheio da confiança da nação e da Coroa", para realizar uma administração que teria por base "a moderação, os princípios de rigorosa justiça, o respeito aos direitos de todos os cidadãos, a escrupulosa economia dos dinheiros públicos, isto é, a lei, o dever, a moralidade em toda a sua plenitude". Defendendo a nova situação, o periódico explicava que o Conservador não era "o partido dos *emperrados*, como por mais de uma vez se tinha dito no seio da representação nacional", pois suas atitudes moderadas visavam o "futuro engrandecimento do país", entregue, até então, "ao ludíbrio de paixões ignóbeis" e aos enganos de "teorias pejadas de utopias"[48]. Para o jornal, diante do "estado melindroso e deplorável dos negócios públicos", a agremiação conservadora iria "passar por uma prova decisiva", mas conseguiria "levar à nau a bom porto e salvamento"[49]. A elevação dos conservadores ao governo era considerada totalmente legítima, uma vez que teriam subido ao poder "para recompor o que tinham os seus

[47] *Eco do Sul*. Rio Grande, 25 jul. 1868.
[48] *Eco do Sul*. Rio Grande, 26 jul. 1868.
[49] *Eco do Sul*. Rio Grande, 27 ago. 1868.

adversários estragado", representando "a vitória da verdadeira maioria homogênea, compacta e forte" do país[50].

O *Eco* passou, a partir de então, a manifestar verdadeira profissão de fé com relação às ideias do partido situacionista, apresentando-se como portador de uma "histórica" e "tradicional" postura conservadora, intentando, muitas vezes, constituir uma folha doutrinária, ao explicar os acontecimentos de então sob a perspectiva da agremiação governista. De acordo com o periódico, "a ascensão do Partido Conservador ao poder não fora obra da traição, nem inconstitucional, como apregoavam os oposicionistas", uma vez que o partido, "forte pela vontade imperial e mais forte ainda pela confiança do povo" assumira "a suprema direção do país em quadra melindrosa, cheio de patriotismo e de dedicação, porque, como outrora, seriam ainda os constitucionais que salvariam o Brasil do abismo à que estaria prestes a ser arremessado". Destacava ainda o jornal que, "com a ascensão do Partido Conservador ao poder, começara o reinado da lei, da moralidade e do dever", ou ainda, "a garantia segura do bem-estar de todos os cidadãos"[51].

O jornal muito insistiu na asserção do perigo revolucionário representado pelos oposicionistas liberais, os quais só estariam buscando "perturbar a ordem pública, como único meio de subir mais depressa ao poder", uma vez que os mesmos procuravam "acender o facho das guerras civis", querendo "cavar a ruína do país, proclamando a revolução, para ver

[50] *Eco do Sul*. Rio Grande, 2 set. 1868.
[51] *Eco do Sul*. Rio Grande, 11 set. 1868.

famílias inteiras trucidar-se, irmãos contra irmãos, pais contra filhos". Diante disso, a folha proclamava que "o povo saberia lavrar sua sentença", a qual seria "a condenação dos turbulentos políticos que só queriam galgar as escadas do poder para a consecução de seus fins meramente particulares"[52]. Denominando os liberais de "pregoeiros da revolução", o periódico argumentava que um processo revolucionário não era o meio legítimo de ascensão ao poder, devendo o "campo de combate" permanecer "dentro da órbita constitucional", ou seja, na "luta da inteligência travada nas urnas, na imprensa e na tribuna", fora das quais, o embate seria "um atentado, um crime de lesa-nação". A folha chamava atenção para que a "nação brasileira" condenasse todos os "falsos apóstolos da liberdade que procuravam na revolução um meio para mais depressa subir ao poder"[53].

Traçando um paralelo entre as atitudes dos dois partidos imperiais, o *Eco* explicava que "enquanto o Partido Conservador realizava, aproveitando-se da experiência do passado, as legítimas aspirações do país, o liberalismo, sempre inquieto e exagerado, gastava as suas forças em declamar contra a situação". O jornal sentenciava que "enquanto o liberalismo não entrasse na luta dos partidos normais, não poderia inspirar confiança" e por isso, se agitava "para reconquistar o poder", através da "revolução, porque não descobria outro meio de conquistá-lo". O periódico destacava ainda que "a revolução era a base do despotismo" e buscava lembrar aos "revolucionários" que "a ordem tinha seus defensores que sabiam cumprir seu dever", de

[52] *Eco do Sul*. Rio Grande, 13 set. 1868.
[53] *Eco do Sul*. Rio Grande, 19 set. 1868.

modo que "esta ordem, sobre que repousava a liberdade e a grandeza do Império, não estava desamparada"[54].

Para o *Eco do Sul*, o decênio dos conservadores no poder significou uma fase de tranquilidade na elaboração de suas estratégias discursivas, chegando, por vezes até a amenizar seu norte editorial partidarista. Esta suavização deu-se pela relativa estabilidade do Partido Conservador quando no governo, por mudanças de nomes dentre os responsáveis pela folha, mas também pela manutenção dos interesses de sustentação como era comum às folhas diárias de então. A partir da inversão partidária de 1878, no entanto, o jornal reencetou a veemência de seu discurso de cunho político-partidário, defendendo ardorosamente o partido decaído e colocando-se em aberta oposição aos novos governistas.

Com a ascensão do Partido Liberal, o periódico noticiava que através da "nova ordem de coisas", o "imperante acabara de agravar o estado do país, chamando os liberais ao poder e violando de tal forma os preceitos do sistema" que regia o país[55]. Diante da mudança partidária, uma das primeiras atitudes do jornal foi a de enaltecer a atuação do ministério apeado do governo, afirmando que os seus membros desciam como "dignos cidadãos, com a cabeça erguida, trazendo os mesmos títulos com que subiram e ademais apenas um galardão que lhes dava a consciência pura, por paga desse largo período de trabalhos e sacrifícios", mantendo suas características de "homens honestos, políticos de sinceras crenças e partidários firmes e intransigentes nos

[54] *Eco do Sul*. Rio Grande, 16 set. 1869.
[55] *Eco do Sul*. Rio Grande, 8 jan. 1878.

princípios". A folha saudava, assim, "em nome do Partido Conservador, cuja bandeira esteve galhardamente hasteada no poder", o gabinete que se retirara "deixando sem uma só mácula o programa que se impusera, inspirado nas necessidades do partido e da nação"[56].

O novo ministério foi severamente atacado tanto nas suas individualidades quanto no seu conjunto, pois, de acordo com o jornal, a "situação nascente era fraquíssima", trazendo "em si o germe da desmoralização". Para o periódico nunca chegara ao poder um ministério tão desqualificado, criticando: o chefe do novo gabinete pela acumulação dos cargos de Ministro da Agricultura e de Presidente do Conselho; o Ministro da Fazenda pelo "disparate" de ter ocupado uma pasta sobre "matéria em que era completamente leigo"; o responsável pela pasta do Império, considerado "uma mediocridade, sem passado político e sem influência na sua província"; o Ministro da Justiça que, mesmo de "melhor caráter", não era "deputado e vivia há longos anos completamente afastado da política"; o ocupante da pasta de Estrangeiros, que era apresentado como "ignorante e medíocre em todos os sentidos, mesmo na violência do gênio" e como "um chefe de partido que em sua província era o homem mais odiado e causa imediata do fracionamento do partido ali"; e o Ministro da Marinha, por "não ser deputado, não ter talento e nem reputação política", além de ser apontado como "homem de gênio violentíssimo e geralmente considerado como sendo pancada". Assim, a folha concluía, explicando que "nunca gabinete mais fraco se

[56] *Eco do Sul*. Rio Grande, 10 jan. 1878.

apresentara à nação" e, portanto, aquela "situação nascera morta", constituindo-se "a organização do gabinete na sua certidão de óbito"[57].

A respeito das discussões entabuladas através do jornalismo, o diário rio-grandino manifestava sua estranheza para com a imprensa liberal que se negava a "cruzar armas" contra a conservadora, "enquanto esta fugisse dos princípios e se dedicasse exclusivamente a questões pessoais". Segundo o jornal, "durante o domínio conservador, raríssimas vezes os órgãos liberais", que naquele momento mostravam-se "tão melindrosos e suscetíveis, sustentaram a discussão no terreno dos princípios e do respeito mútuo". Mesmo propondo-se a não imitar os liberais nas "suas demasias de linguagem", a folha avisava que, caso incorresse nesse procedimento, "não deveria a imprensa governista estranhar, visto que foi ela que deu o exemplo quando esteve na oposição"[58]. Assim, o *Eco* chegou a afirmar que esperava por "muita violência, muita ilegalidade e muito despropósito", pois estaria "declarado o domínio da pilheria, da galhofa e das coisas ligeiras", estando inaugurado "o regime da patacoada"[59].

Segundo o periódico, havia grande carência de pessoal nos quadros do Partido Liberal para ocupar cargos tanto no contexto nacional, quanto regional e local, de modo que tal partido estaria "incompatibilizado com o poder por falta de homens e de homogeneidade de ideias e intuitos". Para provar sua asserção de que aquele partido "não estava habilitado para assumir a

[57] *Eco do Sul*. Rio Grande, 12 jan. 1878.
[58] *Eco do Sul*. Rio Grande, 1° fev. 1878.
[59] *Eco do Sul*. Rio Grande, 2 fev. 1878.

governação do Estado", o jornal apontava para as dificuldades dos liberais na escolha dos nomes do gabinete recém-instalado, no qual "os vultos proeminentes do partido" teriam recusado-se a participar, recorrendo-se "a homens desconhecidos" e "verdadeiras mediocridades em relação à importância do encargo e aos requisitos" que se exigia "daqueles que se animavam a colocar sobre seus ombros a grave missão de ministros de Estado". Destacava também que para as províncias tinham sido "escolhidos homens sem a menor importância política, criançolas sem critério ou indivíduos que possuíam o único *mérito* de executarem fielmente as ordens que lhes transmitiam". Ainda com relação às províncias, argumentava que "os presidentes só vencendo mil dificuldades encontravam pessoal habilitado para bem ocupar os cargos de imediata confiança, especialmente os que não eram retribuídos pelos cofres públicos". Para a folha, a "pobreza de pessoal" dentre os liberais levava a um conjunto de "fiascos", que os mesmos viriam passando desde 5 de janeiro, o que comprovaria "a medida das péssimas condições em que o Partido Liberal subira ao poder"[60].

Além desta falta de pessoal, o jornal denunciava as demissões de natureza política, ao apontar a dispensa de "funcionários distintíssimos e que poderiam servir de modelo aos signatários das portarias demissionárias"[61], em um "espetáculo repugnante, ofensivo à moral e às regras da política bem entendida" e em uma "reação" a qual, "operada por semelhante forma, destruiria o futuro

[60] *Eco do Sul*. Rio Grande, 20 fev. 1878.
[61] *Eco do Sul*. Rio Grande, 20 fev. 1878.

do país"[62]. O diário acusava uma verdadeira "guerra de extermínio", através dos "conflitos e de toda a classe de atentados contra os membros do partido decaído" e lamentava que a administração liberal não estivesse pautando seus atos na "moderação e seriedade, pois que nenhum partido, como nenhum indivíduo poderia aspirar ao respeito da sociedade, atacando essa mesma sociedade nos seus direitos e na sua tranquilidade". De acordo com o periódico, os governistas pareciam "animar os desatinos dos seus agentes, perseguindo a todo o transe os seus adversários e olhando com criminosa indiferença" para aquela "longa série de escândalos que se desenrolava em todas as províncias", incentivando ainda mais "os horrores que estavam praticando em todo o Império os amigos do governo"[63].

Para combater os situacionistas, o *Eco* buscava sustentar as candidaturas conservadoras, explicando que para evitar as "façanhas" dos liberais, era "indispensável que uma voz enérgica se fizesse ouvir no parlamento", sendo assim necessário que "o eleitorado conservador se compenetrasse da missão patriótica que lhe estava confiada, fazendo convergir todos os seus esforços para o bem da causa do partido", fazendo-se, portanto, "mister a união de todos", de modo a evitar o triunfo do adversário[64]. O jornal elogiava a atitude dos conservadores que se dispunham à disputa eleitoral, abalando, desse modo, "as esperanças dos amigos do governo que, com auxílio da pressão oficial, contavam alcançar completo triunfo", fazendo a "eleição a seu

[62] *Eco do Sul*. Rio Grande, 22 fev. 1878.
[63] *Eco do Sul*. Rio Grande, 2 jun. 1878.
[64] *Eco do Sul*. Rio Grande, 1° mar. 1878.

gosto, sem contrariedades, nem oposição" e demonstrando a falsa "pujança e força de seu partido"[65]. A oposição eleitoral promovida pelos conservadores era, assim, apontada como fundamental pela folha, que intentava utilizar como argumento básico as supostas contradições e falta de coerência programática do Partido Liberal. Destacava o periódico que "os liberais nunca tiveram um plano de governo", uma vez que, "a facilidade com que renegavam a sua bandeira", fazia crer que seu programa "não encerrava uma ideia que se pretendia realizar, mas um meio de popularidade para subir ao poder, mistificando a opinião pública"[66].

Ainda com referência à inversão partidária favorável aos liberais, a folha denunciava-a como "um ato inexplicável, injusto e sem legitimidade, levado à frente por única e exclusiva vontade do Imperador". Afirmava que "a nova situação nascera de uma conjetura de momento, para não dizer de um capricho", aceitando os liberais "o poder em virtude de um aceno imperial", razão pela qual trazia "em si o germe de sua própria morte"[67]. A mudança partidária era comparada a "um terremoto político, difícil de explicar pelas leis da sociologia moderna", determinando "uma desordem radical que haveria de abrir o período agônico das instituições constitucionais"[68]. Para o jornal, a dissolução parlamentar era uma atitude tão injustificada quanto a da ascensão dos liberais e afirmava que "o ministério nascido nas trevas, filho espúrio do arbítrio não teve

[65] *Eco do Sul*. Rio Grande, 16 jun. 1878.
[66] *Eco do Sul*. Rio Grande, 27 abr. 1878.
[67] *Eco do Sul*. Rio Grande, 16 jan. 1878.
[68] *Eco do Sul*. Rio Grande, 22 mar. 1878.

ânimo para arrostar uma Câmara conservadora" e, "déspota por essência e índole, era covarde como todos os déspotas; consciente de sua origem ilegítima, procedia como todos os bastardos, procurando impor-se ao país por descomunal audácia"[69]. Na perspectiva do diário, "o *eleitor de ministros* desfechara um golpe de Estado que operou completa transformação nos princípios que regiam a sociedade brasileira", destacando que, "conquistando o poder por um golpe de estado, por outro conseguiram os liberais a ditadura"[70].

No período entre o final dos anos setenta e metade da década seguinte, em que os liberais permaneceram à testa do governo, o *Eco* se manteve em aberta postura de órgão oposicionista. Observando as dificuldades dos liberais no parlamento, o periódico chegou a prever a queda dos mesmos. Segundo o diário rio-grandino, a agremiação liberal, que arruinara o "estado financeiro" do país, "desprestigiara as instituições, desmoralizara o princípio da autoridade e elevara a anarquia das ruas", teria por única opção abandonar o governo. A folha chegava a predizer que "este dia, infelizmente para o Partido Liberal e felizmente para a Pátria", haveria "de chegar mais cedo do que muitos pensavam", a não ser que "aquele que tinha, mais do que ninguém, o dever de zelar os créditos desta terra e pugnar pela sua prosperidade e engrandecimento, estivesse no firme propósito de animar e aplaudir os que cavavam a ruína" da nação, em uma cobrança direta a que o Imperador tomasse

[69] *Eco do Sul*. Rio Grande, 23 abr. 1878.
[70] *Eco do Sul*. Rio Grande, 4 ago. 1878.

providências quanto à mudança na situação partidária nacional[71].

Nesta linha de pensamento, o *Eco do Sul* buscava combater àqueles que chamava de "evolucionistas", segundo os quais só os liberais, com seu programa reformista, teriam condições de governar o país, ao que o jornal contra-argumentava que era impossível "acreditar nas promessas de semelhante partido e na sinceridade das suas apregoadas reformas", completamente esquecidas enquanto os sectários do "liberalismo" estiveram no poder. Explicando que os conservadores não eram retrógrados e, pelo contrário, teriam sido os promotores das mais significativas reformas efetuadas no Brasil, o periódico afirmava que só os seguidores do partido da ordem poderiam "levantar o país do abatimento a que os liberais o impeliram"[72].

As previsões da folha rio-grandina viriam a concretizar-se em agosto de 1885, com a inversão partidária que estabeleceu a retomada do poder pelo Partido Conservador: Relatava o jornal que estava "inaugurada a situação conservadora", o que quereria "dizer que uma nova época abria-se aos destinos do país que tão atrofiado havia sido pela política desorganizadora dos adversários". De acordo com o *Eco*, "novos e dilatados horizontes rasgavam-se às nobilíssimas aspirações do espírito nacional" o qual "ambicionava a ascensão do Partido Conservador como uma necessidade pública", vendo nele "um elemento poderosíssimo para a moralidade da justiça e respeito às

[71] *Eco do Sul*. Rio Grande, 10 maio 1885.
[72] *Eco do Sul*. Rio Grande, 10 maio 1885.

leis que os antagonistas converteram em um princípio de desordem". Explicava ainda que "a opinião do país reclamara urgentemente e de há muito tempo a mudança política" que se fazia valer a partir de então, justificando-se esta reclamação, como "uma conveniência imperiosa, o único meio de por fim à situação verdadeiramente anormal" pela qual o país estaria passando. Para o periódico, o partido que chegava ao poder tinha, "repetidas vezes, dado exuberantes provas do seu respeito à ordem pública, às leis e às instituições vigentes" as quais "garantiam os direitos de cada cidadão e do seu amor, da sua dedicação a todos os grandes problemas de cuja resolução dependia a prosperidade, o engrandecimento e a riqueza da Pátria". E concluía o órgão conservador, exclamando que "mais uma vez se regozijava com o país e com os seus correligionários, saudando entusiasticamente a ascensão do partido da ordem"[73].

Na perspectiva do jornal, o país teria "de entrar em uma fase de reorganização" que absorveria o novo ministério, tendo em vista o "desastrado domínio liberal que acabara de sepultar-se na vala comum" e que deixara atrás de si "o desmantelamento, a desorganização e a miséria", como obras dos "mais encarniçados inimigos do país, verdadeiros tropeços à realização de todas as necessidades da ordem pública e os maiores esbanjadores dos dinheiros do Estado"[74]. De acordo com a folha, o fim da situação liberal devera-se exclusivamente a sua péssima administração e ao fato de que a mesma "nascera de uma traição e pela traição

[73] *Eco do Sul*. Rio Grande, 21 ago. 1885.
[74] *Eco do Sul*. Rio Grande, 21 ago. 1885.

vivera, renegando as ideias do próprio partido", de modo que "a sua queda inglória era um justo motivo de regozijo nacional"[75]. Afirmava que o declínio dos liberais nascera de suas próprias atitudes, "por seus muitos erros, pelos seus desatinos e pelas fundas dissensões que lavravam no seio do partido, incompatibilizando-os com o poder"[76]. Na opinião do periódico, "os liberais, não podendo por mais tempo ocultar a ruína da situação que para si preparam e confessando-se incapazes de conjurar a crise por eles criada, abriram passagem à política conservadora". Já o Partido Conservador, segundo o diário, estava "cônscio da grande responsabilidade que sobre si tomou" esperando "corresponder às esperanças da grande maioria da família brasileira"[77].

O *Eco*, ainda nesta época, lançava mão do argumento a respeito do "perigo revolucionário" representado pelos liberais, destacando que os mesmos queriam uma "revolução", mas não como um "movimento regenerador da sociedade que as vicissitudes políticas desequilibraram", e sim como uma "reação armada, uma luta em que só preponderava a cobiça do mando, o prurido de senhorear o poder". O jornal buscava demonstrar o despropósito destas intenções "revolucionárias", explicando que "não se concebia sem horror a ideia de que um partido pretendesse perturbar a paz da família e derramar sangue para se fazer governo, logo depois de haver criado uma situação de sete anos", a qual assinalava na história brasileira "uma verdadeira fase negra", pois,

---

[75] *Eco do Sul*. Rio Grande, 27 ago. 1885.
[76] *Eco do Sul*. Rio Grande, 13 set. 1885.
[77] *Eco do Sul*. Rio Grande, 2 set. 1885.

"em tal caso, não seria um partido, seria uma quadrilha de salteadores possuídos do delírio do assassínio"[78]. Esta ameaça de revolta advinda dos liberais, segundo a folha rio-grandina, seria um erro, uma vez que o Partido Conservador tinha "bastante energia e dispunha dos suficientes elementos para constranger os petroleiros à obediência às leis e ao governo"[79].

Durante os praticamente quatro últimos anos de existência da Monarquia Brasileira, com os conservadores no poder, o *Eco do Sul* posicionou-se como folha governista, dando significativo apoio àquela grei e atacando figadalmente os oposicionistas. A situação política nacional e as próprias cisões no seio do Partido Conservador obrigaram o jornal a entabular uma série de estratégias discursivas no sentido de lutar pela unidade partidária. Diante desse difícil intento, tendo em vista o esfacelamento que campeava entre os conservadores, o mecanismo mais utilizado pela folha foi o constante combate ao inimigo em comum. O periódico criticava a forma pela qual os liberais comportavam-se na oposição, acusando-os de querer o poder a qualquer preço, pois, "o que pretendiam justificar como oposição era a exploração da inveja, era o ódio partidário que manifestavam os *régulos* ambiciosos, pela impossibilidade de galgar o poder para satisfazerem interesses inconfessáveis"[80].

Nesse quadro foi com decepção que o diário noticiou a nova ascensão do Partido Liberal ao governo, em junho de 1889, destacando que a partir desse ato

[78] *Eco do Sul*. Rio Grande, 27 set. 1885.
[79] *Eco do Sul*. Rio Grande, 9 out. 1885.
[80] *Eco do Sul*. Rio Grande, 26 maio 1889.

seriam "fatalmente comprometidas as instituições, prejudicado o progresso da Pátria e depauperado o Tesouro Nacional, pelos esbanjamentos que caracterizavam os governos liberais". Afirmava também que seria mantida a característica dos "períodos preenchidos por situações liberais", os quais tinham "sido invariavelmente retrógrados para a prosperidade e engrandecimento da Pátria". O jornal comentava ainda que, "para não ser lançado ao abismo", somente restaria ao país, "a eficaz oposição dos conservadores aos atos escandalosos praticados pelos liberais"; e que aquele gabinete seria "imensamente fraco, em virtude do grave desacordo que reinava entre os membros mais proeminentes do Partido Liberal"[81]. Argumentando que o novo ministério nem ao menos havia conseguido reunir "os homens de prestígio nem os homens de talento" da agremiação liberal, a folha previa que o gabinete haveria "de gastar toda a sua atividade e toda a sua habilidade para manter-se", de modo que seria um ministério "violento ou nulo"[82].

Nos últimos meses do Período Imperial, a folha rio-grandina direcionou seus pronunciamentos político-partidários à crítica ao governo liberal, afirmando que o mesmo era um "desastre completo", pois, "mais uma vez, depois das mais solenes promessas, ele iria passar pelo poder, torturado em luta estéril, sem se ocupar senão de cabala eleitoral e de política de campanário, deixando na página por ele destinada às reformas, a sua história representada por um grande *zero*". Destacava ainda que o Liberal seria "um partido em franca

[81] *Eco do Sul*. Rio Grande, 8 jun. 1889.
[82] *Eco do Sul*. Rio Grande, 18 jun. 1889.

dissolução e em véspera de abrir falência com um passivo enorme de consciências" e que estaria encaminhando "um país próspero e rico para a miséria, para a corrupção e para o desmantelo geral". Para o jornal, o ministério liberal era "o resultado de fatos acidentais, de sucessos puramente intercorrentes", estando a governar "contra a vontade nacional", o que, por conseguinte, deixava o país entregue às ambições "de homens que ligavam à prosperidade e engrandecimento da Pátria, à mais glacial indiferença", levando-a a "caminhar para o abismo", ou ainda, colocando-a "sobre um vulcão que a todos momentos ameaçava explodir". Afirmava também que a administração liberal, através da "falta de moralidade e amor pátrio" estaria promovendo "verdadeiro caos", ao destruir tudo que "os conservadores, com honra, labor e patriotismo, conseguiram de proveitoso para a Pátria" [83].

Apesar de manter-se fiel ao Partido Conservador, buscando contornar a fragmentação interna que se tornava cada vez mais grave, o periódico não chegou a censurar os sectários desta agremiação que se filiaram ao ideal republicano – justificando que a atitude dos mesmos fora tomada como uma reação à desorganização política promovida a partir da decisão imperial de chamar os liberais de volta ao poder –, mas negou-se a seguir o mesmo caminho. Argumentava que sentia "a falta dos valentes companheiros de outrora, mas, pesando a consciência, não encontrava meios de profligar semelhantes resoluções, justificáveis na *desorientação* política que lavrava no país". Reforçando seu argumento, afirmava que mesmo "lamentando a

[83] *Eco do Sul*. Rio Grande, 6 ago. 1889.

conversão política dos seus valentes companheiros do passado, não os recriminava pelo recurso de que lançaram mão para saírem do *caos* e da anarquia a que o aulicismo teria levado as instituições" nacionais. A folha declarava, entretanto, que não poderia "seguir a onda", pois, "talvez mais animosa" julgava-se com o dever de continuar nos mesmos arraiais em que militara" nos últimos anos; e que, "por coerência com as ideias do passado e pelos princípios políticos que professava", continuaria acompanhando "a tradicional bandeira do Partido Conservador"[84].

Pouco antes da proclamação da República, o *Eco do Sul* mantinha-se fiel aos seus vínculos partidários, não acreditando inclusive em uma possível vitória do movimento republicano. O 15 de Novembro viria a desmentir o jornal que, a partir de então, teve de empreender uma série de reajustes discursivos de modo a atender a nova situação vigente. O jogo partidário disputado entre liberais e conservadores, nos quais as inversões significavam alterar a postura de órgão governista para oposicionista ou vice-versa, deixou de existir a partir da nova forma de governo e a verdadeira confusão de fundo partidário e ideológico que se instalou no país levou o *Eco* a adaptar constantemente suas estratégias. Em um primeiro momento apoiou os novos governantes, mas, à medida que se acirrava o caráter autoritário dos mesmos, o periódico, gradualmente, alocava-se na oposição. Primeiramente colocou-se ao lado dos dissidentes republicanos e, mais tarde, já em plena efervescência e deflagração da Guerra Civil de 1893, reunir-se-ia a alguns dos antigos

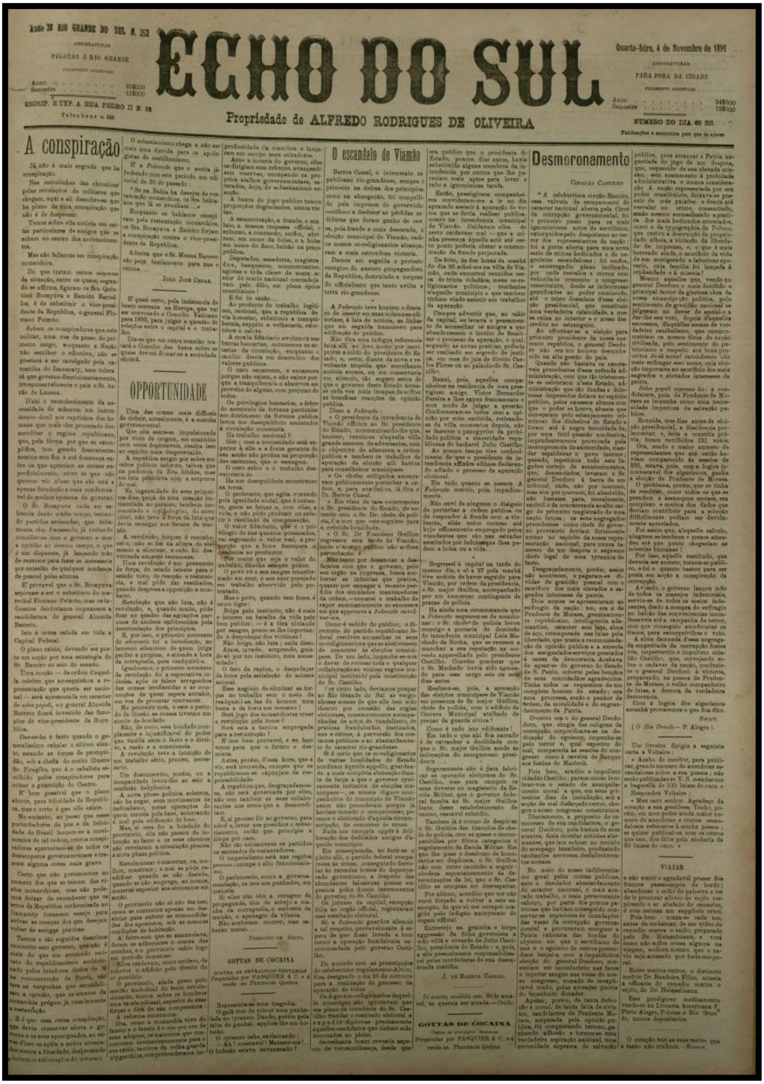
[84] *Eco do Sul*. Rio Grande, 14 jul. 1889.

adversários, militando nas linhas do Partido Federalista, postura que defenderia ardorosamente até a virada do século XX.

♦♦♦♦♦♦♦♦♦

Assim, o *Diário do Rio Grande* e o *Eco do Sul* representaram a contento as acirradas disputas entre liberais e conservadores nas duas últimas décadas da Monarquia Brasileira. As inversões partidárias significavam momentos de agudização destas contendas e os jornais rio-grandinos, cada qual com suas estratégias discursivas, demonstraram de forma menos ou mais incisiva os mecanismos de reação diante das mudanças. Refletindo as consequências que as inversões traziam à sociedade e buscando reconstruir os episódios de modo a melhor convencer a opinião pública, dava-se o caminho de duas vias em que os jornais exerciam influência sobre a sociedade, mas por ela eram também influenciados. Desse modo as repercussões dos acontecimentos de 1868, 1878, 1885 e 1889 no *Diário* e no *Eco* constituem apenas um microcosmo que permite uma melhor compreensão desse complexo jogo de interações e inter-relações[85].

[85] Publicado originalmente em: *Política e imprensa no Rio Grande do Sul: ensaios históricos*. Rio Grande: FURG, 2007. p. 21-52.


Anno 38 RIO GRANDE DO SUL N. 252
ECHO DO SUL
Quarta-feira, 4 de Novembro de 1891
Propriedade de ALFREDO RODRIGUES DE OLIVEIRA
A conspiração
OPPORTUNIDADE
O escandalo de Viamão
Desmoronamento
GOTTAS DE COCAINA
VIAJAR

Pobreza e custo de vida: o olhar caricatural do *Bisturi*

As revistas ilustrado-humorísticas brasileiras se caracterizaram por traduzir a realidade a partir de uma versão profundamente crítica, com base em estratégias discursivas e imagéticas voltadas à jocosidade, à ironia, à sátira e ao sarcasmo, entre outras, visando a atingir um público que se identificasse com seus projetos alternativos à imprensa considerada como séria. Nessa linha, ao contrário dos jornais de preeminência noticiosa, com seu estilo em geral mais sisudo, tais revistas ilustradas traziam uma forma de expressão menos hermética, mais incisiva e direta, buscando criar canais de comunicação que trouxessem um vínculo mais expressivo com seus leitores. Além disso, a utilização da arte caricatural carregava consigo uma atração ímpar, pois a imagem tornava-se um encanto sem igual para os padrões jornalísticos de então. Por outro lado, tal gênero estabelecia uma prática joco-séria, ou seja, mesmo pelo prisma bem-humorado, não deixava de abordar temáticas sérias. De acordo com tal perspectiva, esses periódicos intentavam exercer um papel moralizador, identificando, discutindo e diagnosticando aquilo que consideravam como mazelas da sociedade, exercendo a crítica política, a social e a de costumes. Dentre os tantos elementos constitutivos da vida socioeconômica do

Brasil, essas folhas dedicaram especial atenção para condicionantes como a pobreza e o custo de vida[86].

Tais periódicos tiveram uma etapa de ampla expansão nas décadas finais do século XIX, irradiando-se a partir do Rio de Janeiro e atingindo as mais importantes cidades do território nacional. Dentre tais regiões esteve a mais meridional unidade administrativa brasileira, o Rio Grande do Sul, que contou com publicações ilustrado-humorísticas em suas três comunidades mais importantes, Porto Alegre, Rio Grande e Pelotas. A cidade do Rio Grande, comuna portuária e principal urbe mercantil no âmbito provincial/estadual contou com diversos semanários ilustrado-humorísticos, que circulou praticamente de forma ininterrupta entre os anos 1870 e 1890. Nesse quadro esteve o *Bisturi*, que circulou de maneira regular entre 1888 e 1893 e, mais esporadicamente, até 1915. Fortemente crítico, teve uma aproximação com o pensamento liberal e, após a instauração da forma republicana, aceitou-a, para em seguida, passar a criticar

[86] Acerca de tal imprensa ilustrada e humorística dedicada à caricatura, observar: FLEIUSS, Max. A caricatura no Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.* t. 80. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1917. p. 583-609.; LIMA, Herman. *História da caricatura no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1963.; LOBATO, Monteiro José Bento. *Ideias de Jéca Tatú*. São Paulo: Brasiliense, 1946.; MAGNO, Luciano. *História da caricatura brasileira: os precursores e a consolidação da caricatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Gala Edições, 2012.; SINZIG, Pedro. *A caricatura na imprensa brasileira: contribuição para um estudo histórico-social*. Petrópolis: Vozes, 1911.; e TÁVORA, Araken. *D. Pedro II e o seu mundo através da caricatura*. Rio de Janeiro: Editora Documentário, 1976.

o modelo autoritário pelo qual o regime se impunha tanto na esfera federal quanto na estadual, vindo a colocar-se na oposição e até na resistência, mormente contra o regime castilhista no Rio Grande do Sul, postura que traria um custo alto, com a pesada perseguição que sofreu[87].

Além de suas posições políticas bem demarcadas, o *Bisturi* também assumiu uma feição moralizadora, apontando a imperfeições da vida em sociedade, seguindo a feição joco-séria, ou seja, observando pelo prisma humorado, sem deixar de tratar os temas com seriedade, refletindo assim a própria qualidade vital da condição humana[88]. Nessa linha, a pobreza e o custo de vida foram questões largamente abordadas em suas páginas. O semanário rio-grandino conviveu com os estertores da Monarquia, e a crise que marcava tal regime, bem como com os primórdios da República e a política econômica catastrófica que marcou os primeiros anos da nova forma de governo. Era uma época de plena falta de assistência aos desvalidos e aos trabalhadores, sem qualquer tipo de garantia e tendo das

[87] Sobre o *Bisturi*, ver: FERREIRA, Athos Damasceno. *Imprensa caricata do Rio Grande do Sul no século XIX*. Porto Alegre: Globo, 1962. p. 185-195.; ALVES, Francisco das Neves. *O discurso político-partidário sul-rio-grandense sob o primas da imprensa rio-grandina (1868-1895)*. Rio Grande: Editora da FURG, 2002. p. 407-465.

[88] DRIESSEN, Henk. Humor, riso e o campo: reflexões da antropologia. In: BREMMER, Jan & ROODENBURG, Herman (orgs.). *Uma história cultural do humor*. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 251.

autoridades públicas um tratamento repressivo[89], em um quadro pelo qual a evolução urbana trazia consigo um incremento do pauperismo[90], o qual se tornaria um fator predominante em meio à sociedade[91].

Em tal conjuntura, pobreza e custo de vida tornaram-se elementos profundamente imbricados. A ideia de pobreza se refere a uma situação de insuficiência ou total carência de elementos que se consideram necessários à inteira plenitude da existência. É utilizada como sinônimo de indigência e, em sentido figurado, é alusiva à condição de humilde, desprovido e desvalido. Historicamente e no âmbito social, a pobreza é vista coo a antítese da riqueza ou ainda como a separação entre ricos e pobres[92]. Já o custo de vida pode ser definido como o custo monetário da manutenção de determinado padrão ou nível de vida por qualquer grupo ou grupos de uma comunidade. Nessa linha, o conceito de custo de vida pode designar os sacríficos reais em termos de esforço ou sofrimento necessários à

---

[89] HAHNER, June E. *Pobreza e política*: os pobres urbanos no Brasil – 1870-1920. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1993. p. 199-200.

[90] HARDMAN, Foot; LEONARDI, Victor. *História da indústria e do trabalho no Brasil (das origens aos anos 20)*. 2.ed. São Paulo: Ática, 1991. p. 157.

[91] POLANYI, Karl. *A grande transformação*: as origens da nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 1988. p. 119.

[92] VÁZQUEZ, Jesús María. Pobreza. In: SILVA, Benedicto (coord.). *Dicionário de Ciências Sociais*. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1987. p. 906.

manutenção de um nível ou padrão vida, ou ainda às próprias condições mínimas de sobrevivência[93].

As representações caricaturais do *Bisturi* envolvendo a pobreza e o custo de vida estiveram recorrentemente articuladas e, por vezes, poderiam também aparecer isoladamente nas páginas do periódico. Como era típico dos periódicos ilustrado-humorísticos, o *Bisturi* buscava demonstrar a existência de um canal de comunicação direto com o seu público, tornando-se um articulador no contato com o próprio povo, além de tornar-se uma espécie de porta-voz dos interesses dos desvalidos. Tal perspectiva foi demarcada a partir das tantas presenças do Zé Povinho, personagem que simbolizava o povo, o pobre e, enfim, a pessoa comum[94]. Nessa linha, o hebdomadário se colocava

[93] WOOD, Norman J. Custo de vida. In: SILVA, Benedicto (coord.). *Dicionário de Ciências Sociais*. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1987. p. 297-298.

[94] A respeito do Zé Povinho, ver: FRANÇA, José-Augusto. *Rafael Bordalo Pinheiro: o português tal e qual*. 3.ed. Lisboa: Livros Horizonte, 2007.; MEDINA, João de. O Zé Povinho, caricatura do "homo lusitanus": estudo de história das mentalidades. In: *Estudos em homenagem a Jorge Borges de Macedo*. Lisboa: INIC, 1992.; MEDINA, João. No 130º aniversário do Zé Povinho: Rafael Bordalo Pinheiro e o Zé Povinho, autocaricatura do português. In: *Revista do Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras de Lisboa*. Lisboa, n. 4, 2005.; MEDINA, João. *Caricatura em Portugal: Rafael Bordalo Pinheiro – pai do Zé Povinho*. Lisboa: Edições Colibri, 2008.; PIMENTEL, Rui. *O Zé Povinho e outras caricaturas*. Lisboa: Câmara Municipal, 2004.; SILVA, Marcos A. da. *Caricata República: Zé Povo e o Brasil*. São Paulo: Marco Zero, 1990.; e ALVES, Francisco das Neves. *Do original ao originário: imagens*

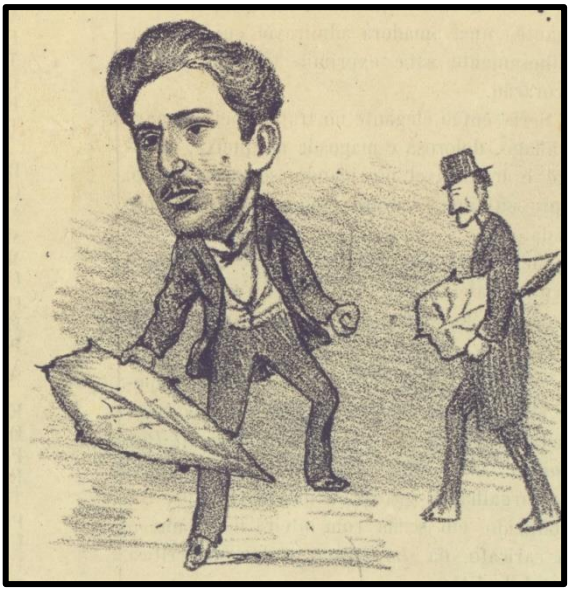
como um orientador do Zé Povo, caso já do primeiro número, no qual o proprietário/redator/caricaturista se apresentava para o personagem, esperando que ele aceitasse "o nosso humorístico, satírico e pândego *Bisturi*" (1º abr. 1888). No mesmo sentido, para esclarecer o Zé quanto aos rumos do país, o bobo da corte – tradicional representante da arte caricatural – buscava abrir os olhos da representação do povo, para que o mesmo observasse os rumos que estavam sendo seguidos pelo país (4 maio 1890). Em outra oportunidade o Zé Povinho teria sido cumprimentado por um governante que visitava a cidade, de modo que pudera "melhor avaliar as injustiças de que ele tem sido vítima" (1º jun. 1890). Apesar dessas tentativas de esclarecimento do personagem, o semanário viria a trazê-lo novamente, confessando que, ele, "o Zé, o soberano, politicamente falando, cada vez fico mais burro" (31 ago. 1890).

---

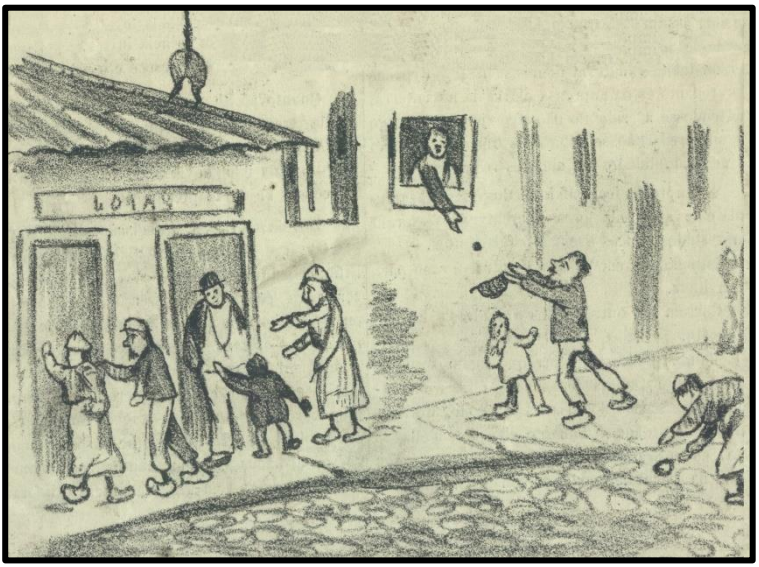
do Zé Povo na imprensa caricata portuguesa e sul-rio-grandense. Lisboa; Rio Grande: Cátedra de Estudos Globais; Biblioteca Rio-Grandense, 2024.

Anno II
N: 37
BISTURI
Rua Andrade Neves N: 49
Propriedade T. Amarim
Assignatura
Anno 12.000
Mez 1000

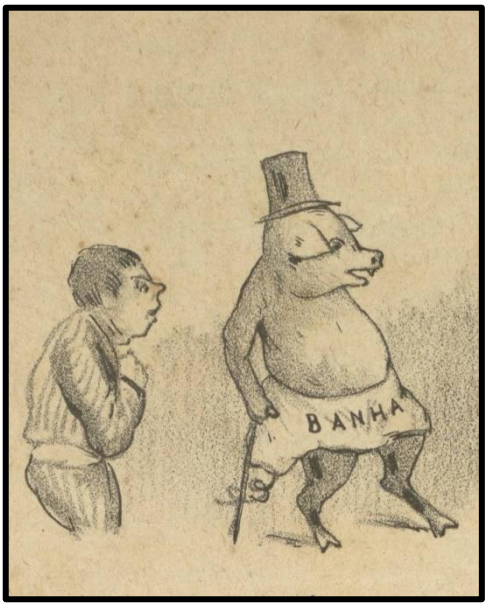
Na primeira incursão do *Bisturi* no que tange ao custo de vida, o periódico trazia uma ilustração em que a população se aglomerava à porta do açougue, lamentando "Santo Deus!!!... Que horror!!!... A carne subiu de preço", ficando "para os barões e comendadores", apresentando dois homens cuja aparência designava-os como endinheirados, carregando cestos carregados do produto cujo valor tinha passado por aumento. Em mais uma presença do redator e caricaturista, ele aparecia junto de outro habitante, carregando um pedaço de peixe seco que serviria como alternativa à custosa carne, lamentando que, "a nós, tristes mortais, desfavorecidos da fortuna, teremos que jejuar, comendo bacalhau" (29 jul. 1888).



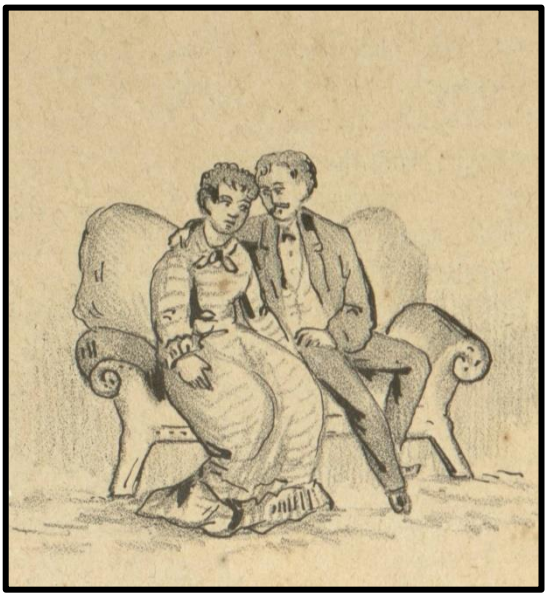
Como porta de entrada da Província, o Rio Grande recebia um montante elevado de imigrantes, que normalmente chegavam com outros destinos, embora alguns permanecessem por certo tempo na cidade portuária, muitas vezes passando necessidades e o *Bisturi* refletia sobre tal situação, mostrando os estrangeiros vendo-se na contingência de pedir esmolas pelas ruas e chegando outros a "dizer que, pela fome, iriam para a estrada com os filhos, pedir a bolsa ou a vida", aparecendo um deles com um bacamarte, pronto a assaltar os transeuntes (24 fev. 1889 e 7 abr. 1889).


LOJAS

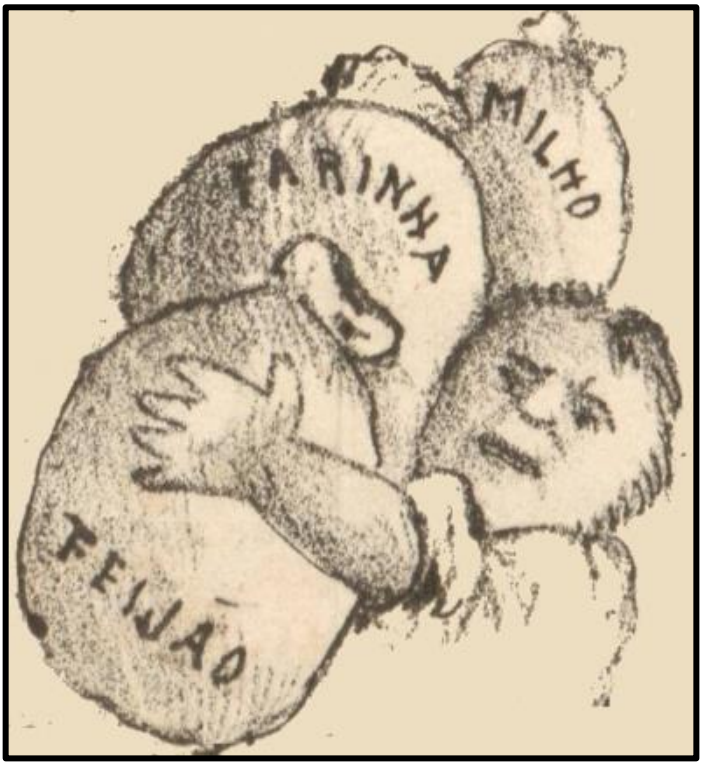
O bobo da corte presenciava estupefato o aumento de preços dos alimentos, observando um suíno que representava a banha e dois homens ricos que designavam a farinha e o feijão, em gravura acompanhada pela legenda segundo a qual "a banha, a farinha, o feijão e outros gêneros secos e molhados estão por um preço soberanamente fidalgo". Associando a crítica social à de costumes, o periódico mostrava um casal enamorado sentado em um sofá, com ela pressionando quanto a uma possível data do casamento, ao que ele respondia evasivamente, utilizando o alto custo de vida como desculpa, argumentando que os preços "influem muito nessas coisas", estando os preços "excessivamente incompatíveis com os seus vencimentos" (2 mar. 1890).

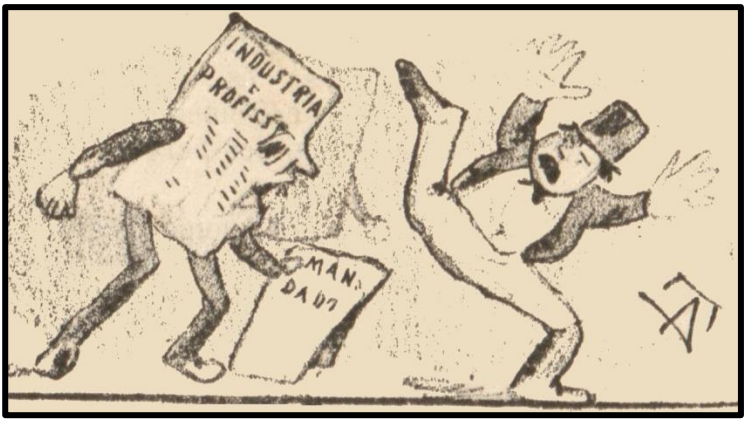

BANHA

FARINHA
FEIJÃO

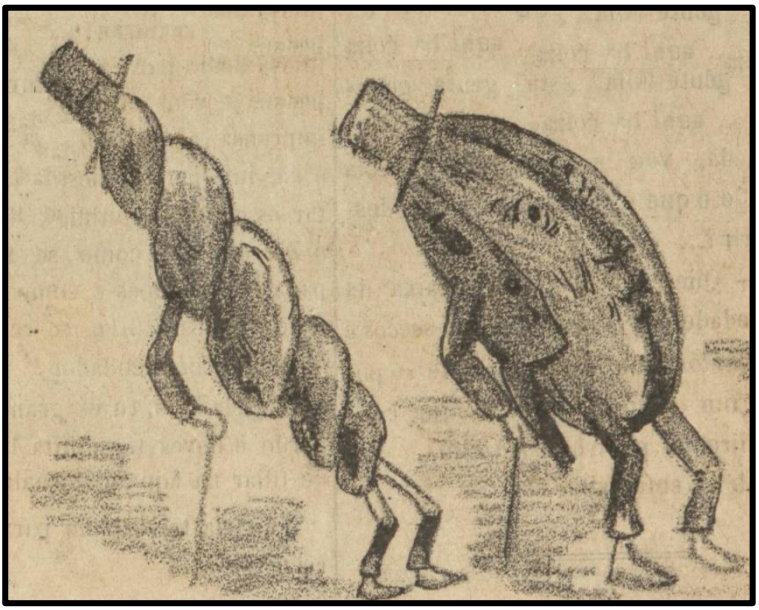


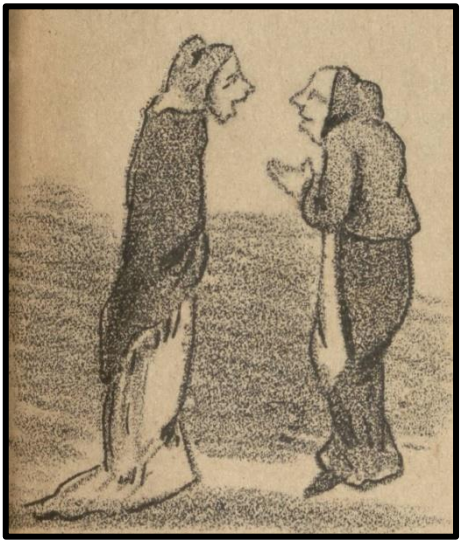
O recurso visual de utilizar bens de consumo com vestimentas de pessoas ricas voltou a ser utilizado, dessa vez com figuras bovinas utilizando casacas, cartolas e bengalas, com a constatação de que diante de "tudo isso", permanecia "o boi sempre fidalgo". Em seguida aparecia o comerciante carregando sacos com feijão, farinha e milho, acompanhado do comentário de que estariam "os gêneros subindo às alturas de uma grossa ladroeira", e, para completar, as pessoas ainda eram aterrorizadas pela perseguição dos "impostos com todo o seu cortejo de horrores" (13 jul. 1890).


FARINHA
MILHO
FEIJÃO



Em mais uma denúncia quanto ao custo de vida, eram os produtos panificados que apareciam metamorfoseados como homens ricos, havendo a acusação do semanário que o aumento dos preços advinha das dificuldades oriundas da política econômica governamental, constando que era "o pão que está agora por um preço fidalgo", exclamando com ironia que deveria ser "abençoado o governo *deodorano*, que nos quer matar a fome". No mesmo conjunto caricatural, apresentava duas mulheres que conversavam sobre as precariedades econômicas, demarcando que "infeliz de quem é pobre hoje em dia", pois "até o pão é para quem pode", recorrendo mais uma vez à imagem de dois homens endinheirados (19 abr. 1891).



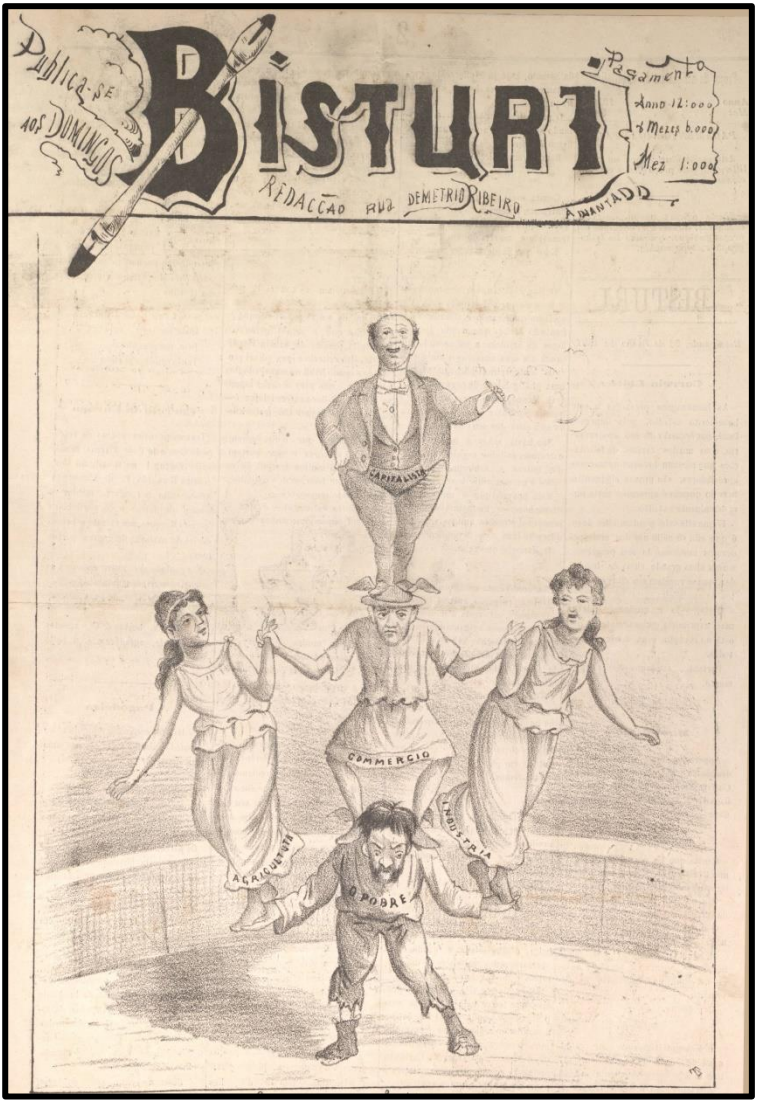


Em época de eleições, o hebdomadário mostrava a mobilização para o comparecimento às urnas, envolvendo o compatível exercício da cidadania, mas que o mesmo não se aplicaria aos extremamente pobres, como o caso de um homem vestido em andrajos, revelando sua pobreza, além das limitações físicas demonstradas pelo uso de um tapa-olho e muletas, revelando que a vida política não chegaria a atingir a quem estivesse entregado aquele "estado de mendicidade, de vergonhas e opróbrios" (3 maio 1891).

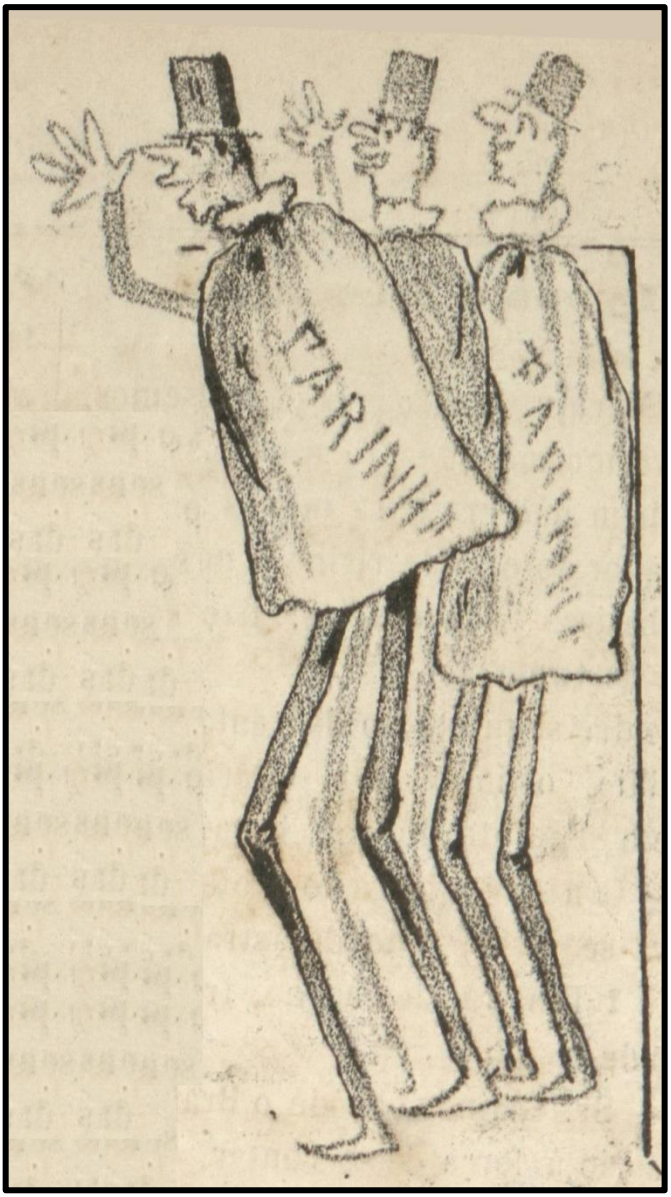
Para demonstrar o empobrecimento da população, o *Bisturi* lançava mão mais uma vez do personagem Zé Povinho, dizendo que ele "era tão gorducho, risonho e faceiro", mas ficara "reduzido à magreza". A personificação de produtos como "fidalgos" para denunciar o aumento de preços era novamente utilizada, agora para tratar de "fósforos, batatas, charque, queijos e legumes" (17 maio 1891).

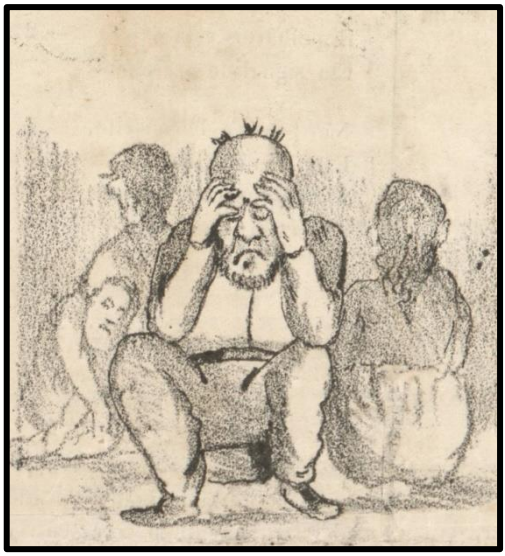
IMP
TO

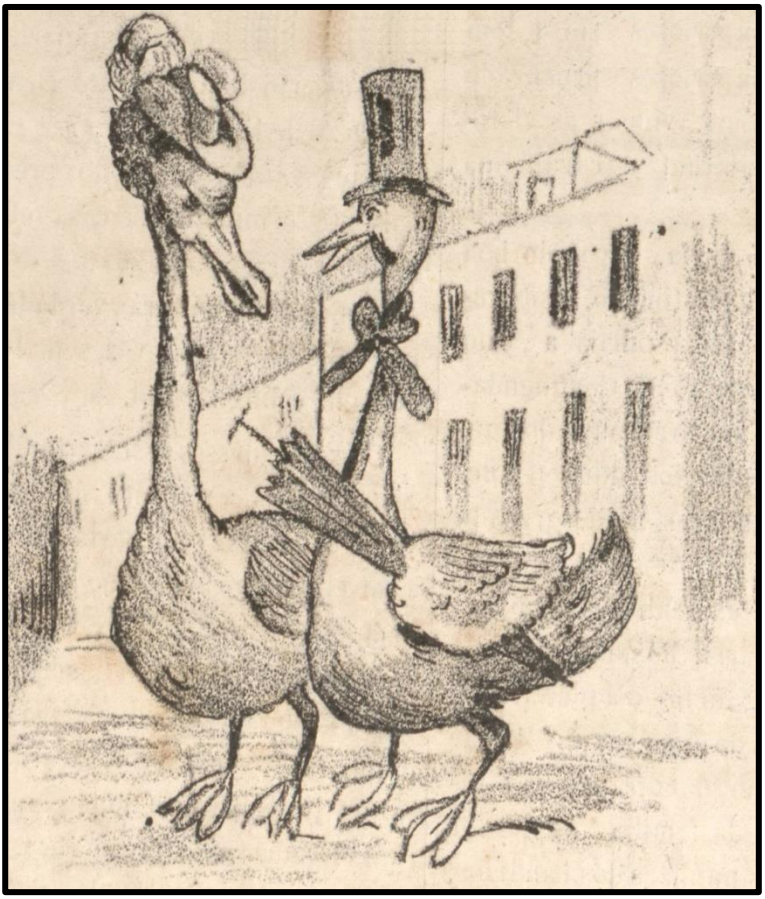
A crítica social era evidenciada na caricatura intitulada "Exercícios acrobáticos", na qual a base da sociedade, ou seja, o "pobre" sustentava todo o resto, ou seja, as atividades produtivas, simbolizadas por figuras associadas às divindades greco-romanas, designando a agricultura, o comércio e a indústria, ao passo que, no ápice da pirâmide social estaria o "capitalista", em outras palavras, o articulador das finanças, envolvendo com o improdutivo capital bancário. A perspectiva crítica ficava estabelecida também na legenda, segundo a qual "é assim que se angaria a invejável posição de capitalista", em um quadro pelo qual, "enquanto os tais senhores folgam e passam vida contente e regalada, que o mais fraco, ou por outra, a besta, vá aguentando com a carga" (21 jun. 1891).


Publica-se
aos Domingos
BISTURI
Pagamento
Anno 12$000
6 Mezes 6$000
Mez 1$000
REDACÇÃO RUA DEMETRIO RIBEIRO
CAPITALISTA
COMMERCIO
AGRICULTURA
INDUSTRIA
O POBRE

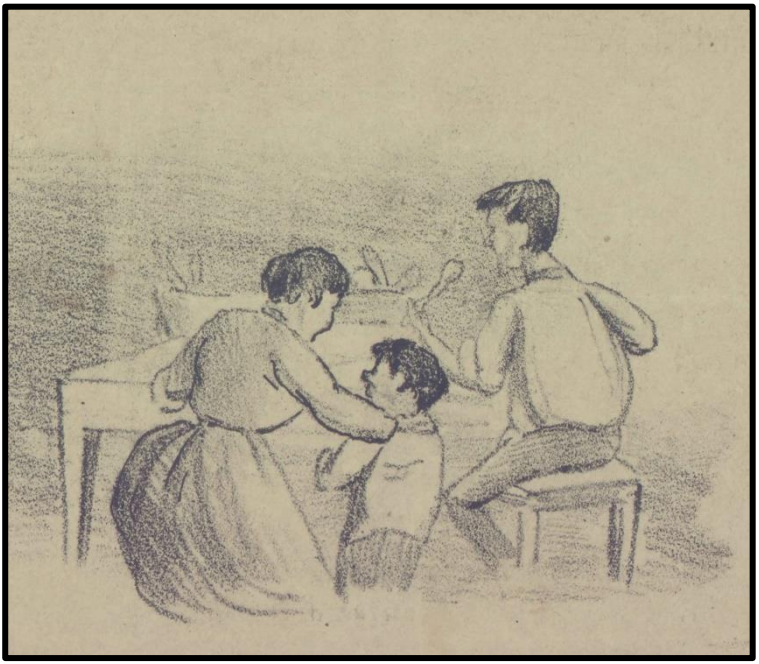
Pobreza e preços altos apareciam novamente articulados em outro conjunto caricatural. Na abertura, aparecia um grupo de indivíduos agitados com as contingências econômicas, uma vez que "a elevação do preço do pão" causara "geral indignação", com as denúncias de que era "demais a ladroeira" dos "malvados que querem que só trabalhemos para o pão". Em seguida, um cidadão "procurou acalmar os 'espíritos maus'", exaltados "com o escandaloso aumento", argumentando que os manifestantes deveriam ter "paciência", pois "a farinha está por um preço alto", sendo tal produto representado por sacos que ganhavam aparência humana. As ilustrações continuavam com dois homens de alturas amplamente díspares, para designar que "alta, muito alta, está a especulação e a desumanidade", resultando em um segmento de pobres desesperados e desamparados, não havendo cuidado "com o mísero povo, para quem já lhe dificultam o pão de cada dia". Ao mesmo tempo, a publicação ilustrada apresentava uma alternativa alimentar, envolvendo os frutos do mar, "que abundam no mercado por um preço razoável", mas que, em seguida, também poderiam a vir sofrer os efeitos da inflação, vindo a ocorrer o mesmo que acontecera com patos e galinhas, de modo que todos viessem a se "aristocratizar", por meio de preços "fidalgos", de modo que obrigaria "a muita gente" a "não respeitar" nem mesmo "as caixas das esmolas" (6 set. 1891).


FARINHA
FARINHA



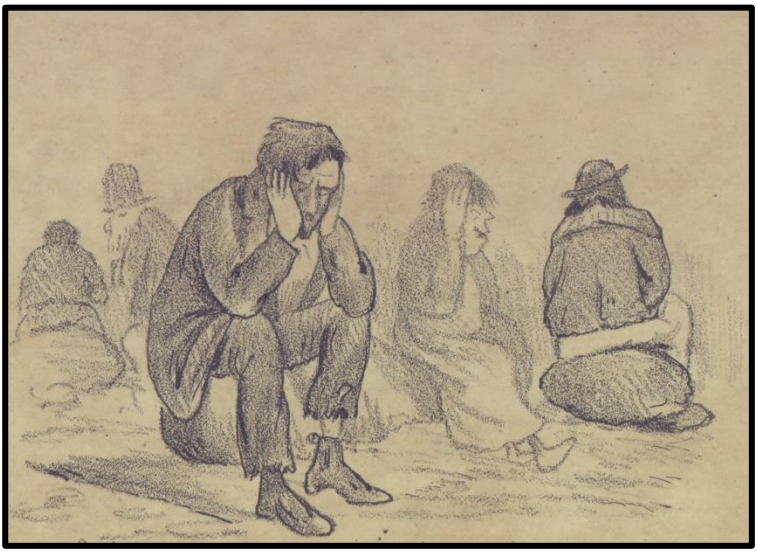


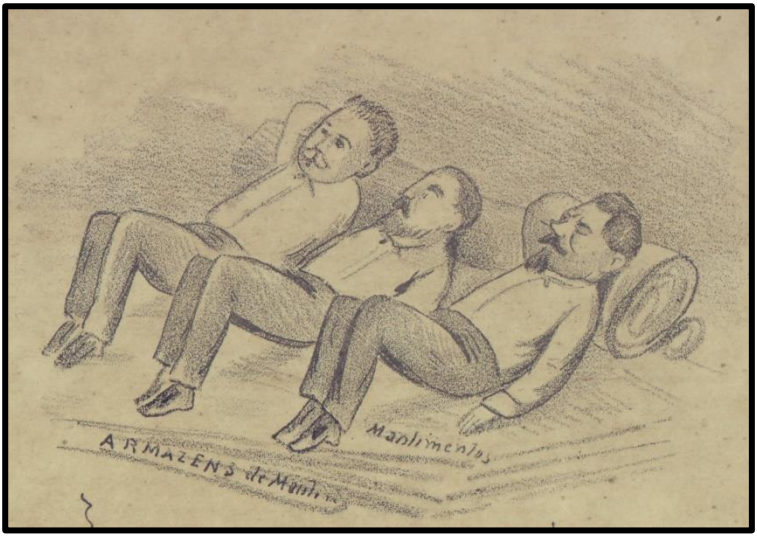
As desigualdades sociais e as díspares maneiras de pobres e ricos reagirem à crise econômica eram demonstradas em duas caricaturas. Na primeira, uma família empobrecida padecia da falta de alimentos, com o comentário de que, "enquanto o governo consome o tempo" em "nomeações vexatórias, sobem os preços dos gêneros e o proletário rói faminto os ossos"; ao passo que o rico se regalava feliz, carregando um saco de dinheiro, representando "a meia dúzia de especuladores" que "vão engordando a pança e as algibeiras" (27 mar. 1892).

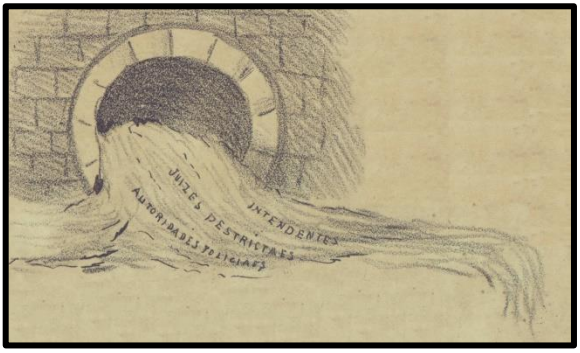


Sopas

À medida que a situação econômica se agravava, com a crise financeira passando a ser associada à de natureza política, com a agitação e os prenúncios de uma guerra civil, as dificuldades dos pobres ficavam cada vez mais evidentes e, a respeito de tal quadro, foi publicado mais um conjunto caricatural. A abertura trazia várias pessoas em estado de desespero e abandono, com a explicação de que "o proletariado continua pacientemente esperando o auxílio da intendência para atenuar sua crítica situação". Em contrapartida, os detentores do poder público municipal não se mostravam preocupados e tranquilamente descansavam, fazendo de cama os documentos que deveriam ser discutidos acerca de abastecimento e mantimentos, de modo que, segundo o periódico, a intendência "ressona profundamente sobre o assunto". Tal demora era vista como perniciosa e responsável por mortes, designadas por crânios espalhados ao chão, de maneira que quando as autoridades públicas viessem a despertar – em tom de ironia – poderiam encontrar "à cabeceira algum testemunho de eterno reconhecimento". As discordâncias do semanário para com o governo estadual vinham à tona com o desenho do governador procurando funcionários públicos no lixo das ruas, de modo que a distribuição de cargos públicos era vista como um esgoto, lamentando que "a pobre cidade do Rio Grande está convertida em sumidouro de podridões sociais", recaindo todo o custo de tais desmandos sobre o pobre, representado por indivíduos em andrajos que ainda por cima recebia "sobre a cabeça uma chuva de vales comerciais, entre eles alguns falsificados e sem valor" (22 maio 1892).

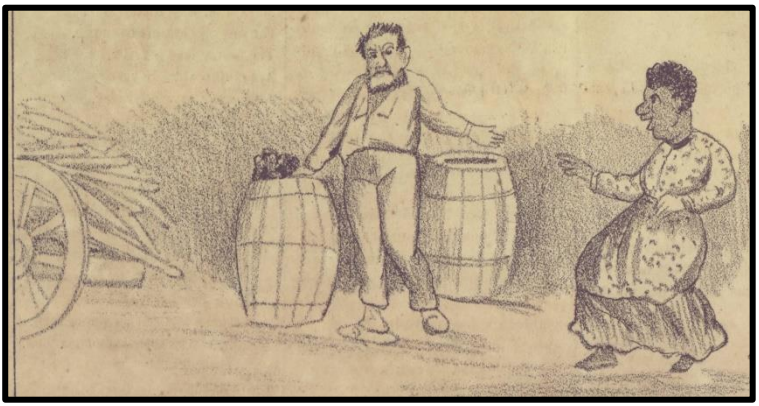



ARMAZENS de Mantimentos


JUIZES DE DIREITO
INTENDENTES
AUTORIDADES POLICIAES

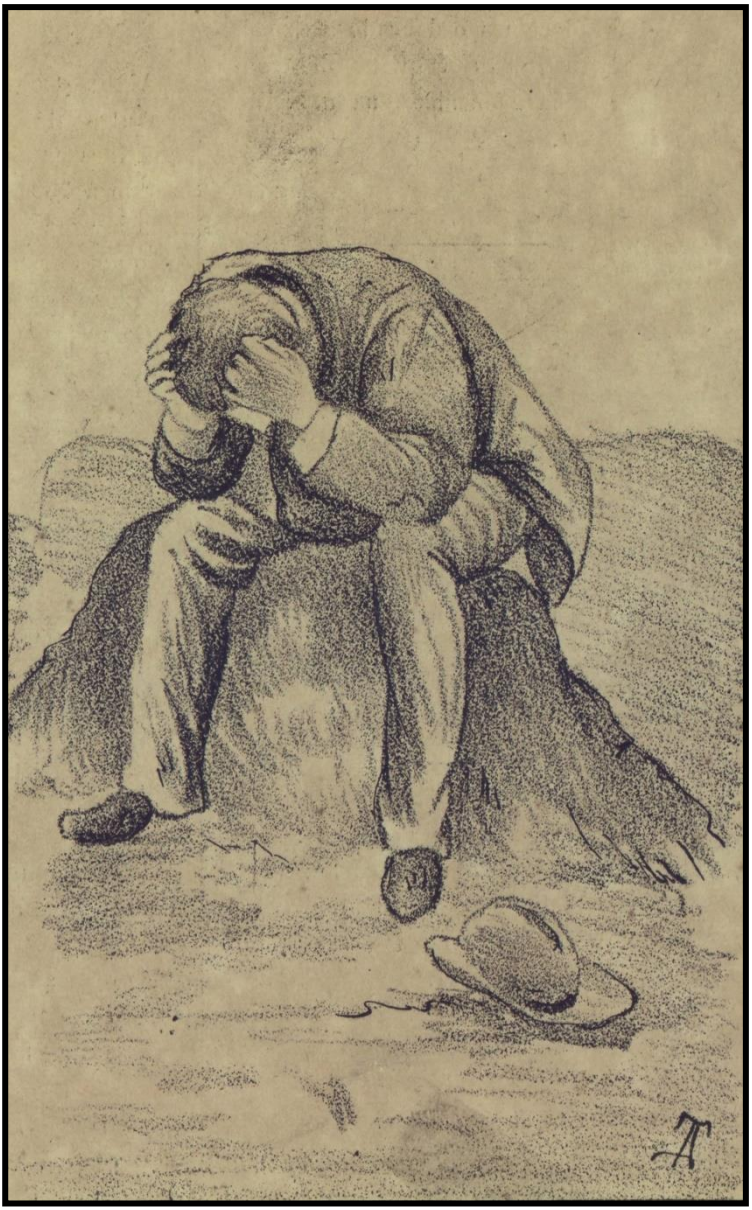
VALES
VALES
VALES
VALES
VALES
VALES
VALES
VALES
VALES
POBRE

O valor excessivo da carne voltava a ser pauta para o *Bisturi*, mostrando um verdadeiro desfile em homenagem a um boi, em alusão à especulação de preços típica daquela época de crise. Nesse sentido, dizia sarcástica e jocosamente que "se propala que a classe bovina terá brevemente uma manifestação de apreço e gratidão", oportunidade em que seria "um boi carregado triunfal e delirantemente pelos cidadãos mais *conspícuos* e *prestantes* desta terra e mais fervorosos apreciadores da *carne barata*". Além disso, a folha caricata denunciava que "até os carroceiros deram em especular com o povo, comprando toda a lenha e o carvão" para vender "pelas ruas por alto preço", o que era considerado uma "ladroeira". Nessa linha, ao final, um indivíduo era assaltado à mão armada, com a constatação de que se tratava do sofrimento do "pobre Zé Povo", que padecia com "ladrões por todos os lados" (24 jul. 1892).

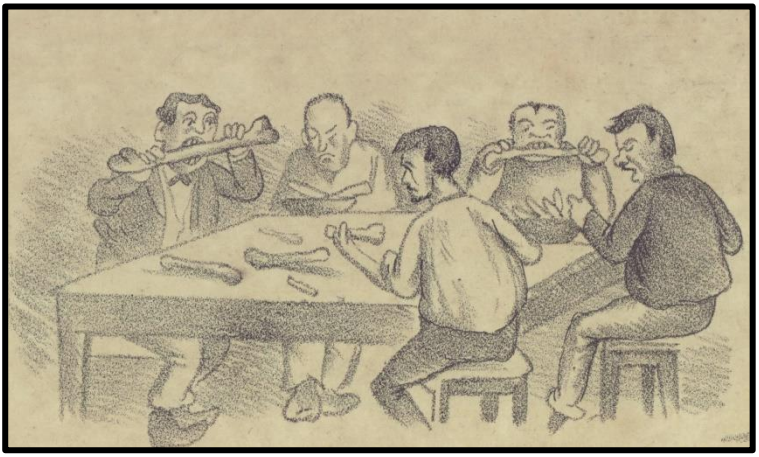


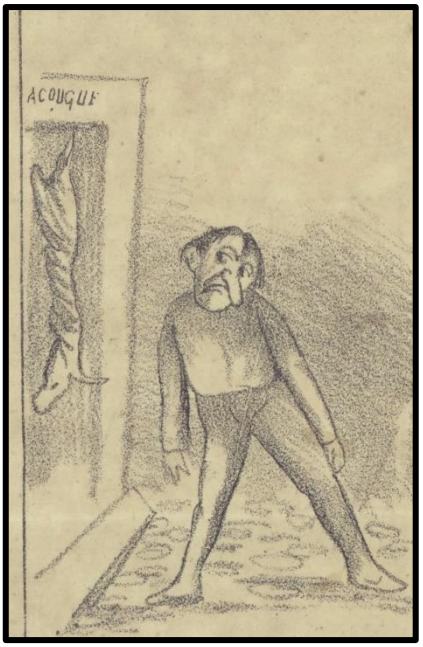
Os desmandos econômicos eram apresentados ainda pela presença dos marchantes “furiosos” com autoridade pública que pretendia tomar providências contrárias à “carestia da carne” e também com a alegre saída de especuladores financeiros, carregados de dinheiro público, em tremenda “bandalheira”, que levava a população à desesperança, surgindo a questão de “quando acabará para o pobre esta situação de fome e desespero?”, trazendo mais uma vez a sua figura como um homem dominado pela desilusão, sentado em uma elevação do terreno e levando às mãos à cabeça, que se encontrava abaixada esconder sua situação de miséria (21 ago. 1892).

COFRE
40:000$



A penúria socioeconômica do país voltou à baila na pauta do *Bisturi* com mais um conjunto caricatural. Na primeira ilustração, um grupo de indivíduos via-se na contingência de ter apenas ossos como cardápio, com a constatação de que "o povo, coitadinho, andava todo alegre e satisfeito, persuadido que ia comer carne gorda e baratinha, mas cedo se desiludiu, roendo faminto ossada descarnada". Figuras bovinas esquálidas demarcavam que "o gado chega no matadouro num estado de fraqueza, que mal pode estar de pé". O bobo da corte voltava a aparecer, olhando para uma peça no açougue, diante da qual afirmava que "a gente olha para a carne e fica com um fastio de morte e com uma cara...". Nesse quadro, a magreza chegava também à população, de modo que "o povinho anda *esguio* e magro como bacalhau de venda", restando a possibilidade de engordar apenas para os endinheirados, representados por duas figuras aristocráticas (25 set. 1892).




ACOUGUE

Nesse quadro, as representações imagéticas do *Bisturi* em relação aos pobres e às maléficas consequências que o custo de vida lhes trazia, traziam os mesmos como indivíduos alijados da esfera de decisões, assistindo, à parte e passivamente, os acontecimentos políticos e econômicos do país, mesmo em um momento no qual ocorriam as transformações institucionais características da mudança na forma de governo, permanecendo a premissa de que o povo apenas

presenciara os fatos sem nenhuma participação efetiva. Além disso, havia a preocupação com o papel social da população pobre, considerada como a parte economicamente mais ativa da sociedade, bem como a mais explorada, tendo que sustentar os demais segmentos sociais. As discrepâncias gigantescas entre pobres e ricos, estes beneficiados pela especulação financeira, pela inflação e pelo avanço desmesurado dos preços, enquanto aqueles apareciam como vítimas que eram levadas ao caminho inevitável da fome, foram outras concepções que compuseram a pauta do periódico ilustrado. Assim o *Bisturi*, de acordo com premissa joco-séria e o caráter moralizador que colocava em prática, encarou a pobreza e o custo de vida como mais algumas das mazelas que afetavam a sociedade naquele final do século XIX.

COLEÇÃO
RIO-GRANDENSE

A **Cátedra CIPSH (Conseil International de la Philosophie et des Sciences Humaines/UNESCO) de Estudos Globais da Universidade Aberta** e a **Biblioteca Rio-Grandense** reuniram esforços para editar a *Coleção Rio-Grandense*. Mais meridional unidade político-administrativa brasileira, o Rio Grande do Sul, tem uma formação prenhe em peculiaridades em relação às demais regiões do Brasil, estabelecendo-se uma sociedade original em vários de seus fundamentos. Da época colonial à contemporaneidade, a terra e a gente sul-rio-grandense foram edificadas a partir da indelével posição fronteiriça, resultando em verdadeira amálgama entre os condicionantes luso-brasileiros e platinos. A *Coleção Rio-Grandense* tem por intento fundamental a divulgação da produção intelectual acerca de variadas temáticas versando sobre o Rio Grande do Sul, com preferência para as abordagens de natureza cultural, histórica e literária.

CIPSH

UNIVERSIDADE ABERTA
www.uab.pt

Cátedra CIPSH
de Estudos Globais
2020-2025

BIBLIOTECA
RIO-GRANDENSE

9 786553 060876

ISBN: 978-65-5306-087-6